

um **brinde** aos  
números de  
**2017**



Demonstrações  
**FINANCEIRAS 2017**



**ambev**  
[www.ambev.com.br](http://www.ambev.com.br)

# ambev

**Ambev S.A.**  
Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O resultado da Companhia evoluiu positivamente ao longo do ano de 2017. Apesar de um primeiro semestre desafiador, mantivemos a consistência da nossa estratégia comercial, atingindo um crescimento orgânico de EBITDA de 20% no segundo semestre. Acreditamos que o desempenho na segunda metade do ano reflete o padrão histórico de crescimento da Companhia, e foi impulsionado principalmente por uma sólida performance no Brasil, o que nos permitiu encerrar o exercício com EBITDA 8% superior em relação ao ano anterior.

No Brasil, nosso principal mercado, apesar do volume negativo da indústria, nossa operação de cervejas gerou crescimento de volume, de receita e de EBITDA. O nosso foco em excelência operacional aliado à evolução das nossas iniciativas comerciais foram decisivos para a obtenção desse resultado, bem como das seguintes conquistas:

- Pelo quinto ano consecutivo a *Skol* foi nomeada pela *Millward Brown/Brandz* a marca mais valiosa da América Latina. *Brahma*, *Antarctica* e *Bohemia* foram consideradas, respectivamente, a terceira, a sexta e a oitava marcas mais valiosas do Brasil;
- Lançamos nova identidade visual de *Brahma*, a nossa cerveja “lager clássica”, destacando os seus atributos de sabor e expertise cervejeira;
- Nosso portfólio de marcas *premium*, composto por marcas nacionais e globais, apresentou um ano de sólida *performance*, com crescimento acelerado de volume, impulsionado pelas marcas *Budweiser*, *Stella Artois* e *Original*.

Quanto à operação de Refrigerantes e Bebidas não Alcoólicas e não Carbonatadas no Brasil, esta foi negativamente impactada pela forte retração da indústria de refrigerantes no país. Não obstante, tivemos bom desempenho das marcas *premium Fusion*, *Lipton* e *Do Bem*, que atingiram resultados positivos de volume em relação ao ano anterior.

Na América Latina Sul, o nosso volume apresentou sólido crescimento, suportado pela expansão do mercado de cerveja na Argentina e no Paraguai e pela boa performance das nossas marcas, *Brahma*, *Patagonia* e *Stella Artois*.

Na América Central e Caribe, demos início à nossa operação no Panamá, com sólido crescimento do nosso portfólio de marcas, que inclui *Atlas Golden Light* e *Stella Artois*. Com isso, obtivemos uma expansão de EBITDA na região para cerca de 600 milhões de dólares americanos, o que representa um aumento de mais de 24% em relação ao ano anterior.

No Canadá, mantivemos nossa liderança de mercado, principalmente devido ao desempenho de *Bud Light* e *Stella Artois* e do nosso portfólio de bebidas mistas, cidras e cervejas especiais, que inclui as marcas *Mill Street* e *Archibald*.

Esse ano também foi marcado por um importante acontecimento. Pela primeira vez a Ambev foi a cervejaria que recebeu o maior número de medalhas na *World Beer Awards*, premiação que conta com a participação das melhores cervejarias do mundo. Recebemos no total 27 medalhas, representando um importante reconhecimento da qualidade das nossas cervejas.

Por fim, não poderíamos deixar de destacar a importância da Gente Ambev na obtenção do resultado do ano. O empenho e comprometimento do nosso time mais uma vez fez a diferença.

Victorio Carlos De Marchi Copresidente do Conselho de Administração	Carlos Alves de Brito Copresidente do Conselho de Administração	Bernardo Pinto Paiva Diretor Geral
---	---	---------------------------------------

### Visão geral da Companhia

Atualmente, com operações em 18 países nas três Américas, somos líder no mercado latino americano. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em três divisões:

- América Latina Norte, que inclui:
  - Brasil, integrado pela produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas;
  - América Central e Caribe (“CAC”), integrada pelas nossas operações na República Dominicana, Cuba, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Guatemala (que também abastece a El Salvador, Honduras e Nicarágua), Barbados e Panamá;
- América Latina Sul (“LAS”), integrada por nossas operações de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia e Uruguai, além da produção e comercialização de cervejas no Chile e Paraguai; e
- Canadá, por intermédio da *Labatt Brewing Company Limited* (“Labatt”), com a produção e comercialização de cervejas e um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, incluindo exportações para os Estados Unidos da América.

As principais marcas da Companhia são *Skol* (sexta cerveja mais consumida no mundo), *Brahma*, *Antarctica*, *Bohemia*, *Original*, *Quilmes*, *Presidente*, *Paceña*, *Pilsen*, *Labatt Blue*, *Alexander Keith’s*, *Kokanee* e *Guaraná Antarctica*. A Ambev é também uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos *Pepsi*, *H2OHI*, *Lipton Ice Tea* e o isotônico *Gatorade* sob licença da PepsiCo. Comercializamos, ainda, diversos produtos da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. (“AB Inbev”), tais como *Budweiser*, *Bud Light*, *Stella Artois* e *Corona*.

### Sustentabilidade

#### Água

A preservação do meio ambiente é uma das prioridades da Ambev e faz parte da gestão da Cervejaria há décadas. Hoje, a Companhia é referência internacional em gestão do uso de água na produção de bebidas e em melhores práticas ambientais graças ao seu Sistema de Gestão e Excelência, monitorando a evolução contínua da ecoeficiência. Em 2017, a Ambev foi reconhecida pelo prêmio ECO da Amcham, que está entre as premiações mais importantes de sustentabilidade do país.

Para economizar cada vez mais água, a Ambev trabalha em diversas frentes e investe continuamente em tecnologia de ponta. Nos últimos 13 anos, a Cervejaria reduziu mais de 40% do seu consumo de água.

Além de trabalhar para reduzir o consumo em suas operações, a Ambev atua para preservar as fontes de água do Brasil. Por isso, lançou em 2010 o Projeto Bacias, com o objetivo de recuperar e preservar importantes bacias hidrográficas do país. Em parceria com o poder público e com ONG’s, como o WWF Brasil e a The Nature Conservancy (TNC), a Cervejaria já adotou bacias no Gama (DF), em Jaguariúna (SP), em Jundiáí (SP), em Sete Lagoas (MG) e, mais recentemente, na região do Guandu (RJ).

Esse trabalho é feito junto às comunidades localizadas no entorno de suas cervejarias. No Distrito Federal, por exemplo, o projeto mobilizou cerca de 7.800 pessoas, recuperou o solo em quatro nascentes, plantou cerca de 6 mil mudas e 150 m² de agroflorestas e também auxiliou na estruturação do Comitê de Bacias local, um órgão colegiado da gestão de recursos hídricos, buscando garantir a continuidade do trabalho. Já em Jaguariúna, o projeto tem como uma das principais ações o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) a produtores rurais, que tem o objetivo de oferecer incentivo aos agricultores que se comprometem com práticas de conservação nas suas propriedades. Além do PSA, o Bacias prevê assistência gratuita aos agricultores para o Cadastroamento Ambiental Rural e financiamento de práticas de conservação para que as nascentes e os córregos que estão dentro das fazendas estejam devidamente protegidos.

Em 2015, a Ambev ampliou esse trabalho e anunciou a participação a Coalizão Cidades pela Água, uma iniciativa liderada pela TNC, que pretende aumentar a disponibilidade de água para mais de 60 milhões de brasileiros, em 12 regiões metropolitanas. Além de compartilhar a experiência e expertise com programas de conservação e recuperação de bacias hidrográficas, a Ambev é a maior patrocinadora da Coalizão. A iniciativa vai atuar em 243 municípios e irá incorporar a gestão dos recursos hídricos à preservação de rios e nascentes. Nos próximos anos, empresas e governos vão contribuir com doações para projetos de restauração florestal em áreas-chave para a saúde dos mananciais e com ações de conscientização sobre o uso racional da água. Para dar um passo ainda maior, a Ambev formou um Comitê de Especialistas em Segurança Hídrica que operou em 2016 e 2017. Em reuniões periódicas, surgiu a sugestão de que a Cervejaria compartilhasse sua expertise em gestão hídrica com outras empresas e também encabeçasse projetos de acesso a água potável. A partir daí, a empresa montou um plano arrojado para impulsionar ainda mais a sua plataforma de água. Para compartilhar conhecimento e ajudar pequenas e médias empresas a economizarem o recurso, a empresa lançou o SAVEh - Sistema de Autoavaliação de Eficiência Hídrica. Fruto de uma parceria com as ONG’s Fundación Avina e Carbon Trust e com o Pacto Global da ONU, o programa é desenvolvido por meio de uma plataforma online totalmente gratuita, na qual a cadeia de valor da Ambev e também qualquer outra empresa pode ter acesso ao sistema de gerenciamento hídrico da Cervejaria. Após fazer o cadastro e preencher um questionário de autoavaliação, a empresa recebe um relatório de avaliação do seu uso de água e uma sugestão de plano de ação para melhorar a eficiência em cada uma das etapas de produção, que pode ser alterado e acompanhado pela própria empresa. A ideia do SAVEh é exatamente influenciar outras empresas e a cadeia de valor da Ambev a reduzirem o seu consumo de água, impulsionando um movimento coletivo pela preservação desse recurso natural.

Além disso, a Ambev queria ajudar a resolver o problema da falta de acesso a água potável no Brasil. Hoje são mais de 30 milhões de brasileiros que não têm água para os usos mais básicos, como beber, tomar banho e escovar os dentes; e a maior parte deles está em áreas rurais no semiárido.

Daí surgiu a ideia de usar a capilaridade e capacidade de execução da Ambev em prol dessa causa. No início de 2017, a Ambev lançou uma água mineral com um conceito totalmente inovador. A AMA, que é uma água mineral que destina 100% do lucro para projetos de acesso à água potável no semiárido. As empresas têm hoje, mais do que nunca, um papel essencial na resolução de problemas sociais. Podem e devem usar sua estrutura, recursos e capacidade de execução em prol da resolução desses problemas. Por meio da AMA, a Ambev cria uma plataforma para viabilizar o investimento social do consumidor, fazendo o que sabe: fabricar, distribuir e vender bebidas. E o consumidor adquire e usufrui da água, ao mesmo tempo em que contribui para uma causa real e para projetos com alto potencial de transformação social.

Em 2017, a AMA ajudou 9 comunidades, sendo 7 no Ceará e 2 no Estado do Piauí. Ao total mais de 6 mil pessoas foram beneficiadas com o projeto que segue em expansão.

#### Resíduo Zero e Clima

Dentre as outras importantes metas ambientais da Ambev, está a redução da quantidade de matéria-prima para a produção de embalagens. Para isso, nos últimos anos, o peso e os rótulos diminuíram, algumas garrafas ficaram mais cinturadas e as tampinhas menores. Desde 2013, a Cervejaria deixou de gerar mais de 25 mil toneladas de resíduos com a redução da gramatura das embalagens no Brasil. Outro grande investimento são as garrafas de vidro retornáveis.

Para incentivar o uso desse tipo de vasilhame, a Ambev investiu na ampliação do portfólio com o lançamento das garrafas de vidro retornáveis de 300ml de Skol, Brahma e Antarctica. Além disso, a Cervejaria desenvolveu uma máquina de coleta dessas garrafas. As garrafas de vidro retornáveis tem um ciclo de vida maior e demoram mais para se tornar resíduo. Elas podem ser reusadas 20 vezes antes de serem recicladas. Em sua fábrica de garrafas de vidro, no Rio de Janeiro, mais de 60% da matéria-prima são cacos de vidro recicláveis. De cada dez garrafas produzidas pela Ambev, seis são fabricadas totalmente com material reciclado. Por diminuir o número de etapas do processamento do material, a reciclagem de vidro também resulta em uma economia de 35% de energia para a fusão no forno e pelo menos 75 mil toneladas de material virgem deixam de ser consumidas anualmente.

A Ambev também foi pioneira no Brasil ao criar, em 2012, a primeira garrafa PET feita com material 100% reciclado, inicialmente por meio da garrafa de Guaraná Antarctica de 2 litros. Hoje, a embalagem 100% reciclada é usada em mais de 40% das garrafas PET de Guaraná Antarctica vendidas pela Ambev. O objetivo é aplicar essa tecnologia nas embalagens de outras marcas de forma gradual, abrangendo todo o portfólio. Sua produção traz diversos benefícios ao meio ambiente, como a liberação de 30m³ em aterro sanitário para cada cinco toneladas de PET que deixam de ser descartadas no lixo. Além disso, a fabricação dessa garrafa consome 70% menos energia e 20% menos água em relação à resina virgem e gera uma economia considerável de petróleo. Aliado a tudo isso, para estimular a reciclagem e a correta destinação das embalagens pós-consumo, a Cervejaria fechou uma parceria importante com a Coca-Cola do Brasil através do programa Reciclar pelo Brasil. Além de beneficiar o meio ambiente, a iniciativa das duas empresas beneficia também a sociedade, ao garantir a geração de renda para os catadores de recicláveis. O Reciclar pelo Brasil contribui para o desenvolvimento de cooperativas modelo em diversos estados do país por meio de melhorias na gestão e na infraestrutura e da doação de equipamentos. Também estimula a atuação em rede com outras cooperativas e facilita o acesso à indústria recicladora, visando o aumento na geração de renda dos catadores. Hoje, o programa apoia 110 cooperativas em todo o Brasil.

Para profissionalizar ainda mais o trabalho dessas associações, a Ambev desenvolveu o Programa de Excelência em Reciclagem (PEX-R), ferramenta que orienta e ajuda na melhora da gestão financeira, comercial, operacional e de pessoas das organizações de catadores. Com base no PEX-R, é possível realizar um diagnóstico para identificar todos os pontos críticos dessas organizações e auxiliar nos processos de regularização e profissionalização. O PEX-R continua sendo executado nas cooperativas que eram do Programa Ambev Recicla e foi disponibilizado para o Programa Reciclar pelo Brasil.

#### Consumo Inteligente

A Ambev vem se dedicando fortemente a promover o consumo inteligente de seus produtos. Em 2003, lançou um pioneiro programa de Consumo Inteligente, norteado pelas premissas da OMS e cujos pilares são: prevenir o consumo de bebidas alcoólicas por menores de idade, promover a segurança viária e incentivar o consumo moderado. Desde então, o tema está presente em inúmeras ações da Ambev e a Cervejaria trabalha para engajar o maior número possível de pessoas nessa causa.

Uma das iniciativas é o programa Na Responsal, que atua em parceria com diversas ONG’s no Brasil por meio da cultura, do esporte e do lazer. O objetivo é formar uma juventude mais saudável e consciente. Desde 2010, mais de 28 mil jovens já participaram do programa, 8 mil educadores, profissionais de saúde e líderes comunitários foram capacitados e 11 milhões de pessoas impactadas pelas ações de comunicação do Na Responsal.

Para celebrar atitudes responsáveis quando o tema é consumo de bebidas alcoólicas, a Ambev criou o Dia de Resposna. Comemorada anualmente no mês de setembro, a data foi adotada também por todos os outros 24 países onde a AB Inbev atua. Em 2017, pelo oitavo ano consecutivo, a Cervejaria realizou a mobilização nacional e engajou os mais de 32 mil funcionários para disseminar mensagens sobre a importância de não vender, servir ou estimular o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos, não consumir em excesso ou associado à direção.

No Dia de Resposna, os funcionários da Cervejaria, incluindo o presidente Bernardo Paiva e a diretoria, saíram às ruas para visitar bares, restaurantes, supermercados e distribuir materiais informativos à população sobre a importância do consumo moderado e os riscos do uso indevido de bebidas alcoólicas. Além disso, artistas e celebridades parceiros usaram seus perfis nas redes sociais para postar fotos, vídeos e mensagens de conscientização. Já os clubes de futebol apoiados pela Ambev entraram em campo carregando faixas alusivas ao consumo inteligente. Uma rede de cinco ONG’s também promoveu atividades educativas com jovens das comunidades onde atuam.

Em 2017, a Ambev também intensificou os esforços em prol da segurança viária. O trabalho teve início em 2014 quando a Cervejaria liderou a criação de uma coalizão com agentes públicos, privados e da sociedade civil para melhorar a gestão da segurança no trânsito no Brasil. Essa iniciativa contribuiu para o lançamento do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, em 2015, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. De forma alinhada com os objetivos da Década da Segurança Viária lançada pela ONU, o Movimento tem a meta de reduzir em 50% a projeção de mortes no trânsito até 2020, salvando 20 mil vidas. Uma das principais conquistas do Movimento em 2017 foi a expansão dos municípios participantes do programa, que chegaram a ultrapassar a marca de 100. Esses municípios, através das informações geradas pelo Infosiga SP - Sistema de Informações Gerenciais de Acidentes de Trânsito do Estado de São Paulo traçam planos de ações para a redução dos óbitos em suas vias. Com informações atualizadas mensalmente, os gestores tomam decisões como reposicionar blitzes ou pavimentar determinada via e criar planos específicos, para, de forma ágil, reduzir os índices. Em 2017, o Governo do Estado de São Paulo, parceiro da Ambev nessa iniciativa, investiu 100 milhões de reais em projetos nesses mais de 100 municípios para a redução das mortes no trânsito. Desde 2015, o programa já reduziu 13% dos óbitos nos municípios participantes.

Por conta do sucesso do Movimento Paulista de Segurança no Trânsito, a Ambev em 2016 iniciou uma parceria com o governo do Distrito Federal para iniciar um projeto nos moldes do que já existia no Estado de São Paulo. Assim surgiu o Brasília Vida Segura, um programa no DF que além de trabalhar para reduzir o número de óbitos e feridos em acidentes de trânsito, também visa, através de uma parceria com a Secretaria de Saúde, reduzir o consumo nocivo de álcool em 10% até 2020 - uma meta alinhada com a da Organização Mundial da Saúde. Na frente de segurança viária, em 2017 foi criado um comitê de segurança viária composto por diversos órgãos de trânsito e mobilidade do Distrito Federal. Esses órgãos trabalharam com o apoio de dados e conseguiram em 1 ano de trabalho reduzir em 35% o número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito no estado. Na frente de saúde, agentes comunitários da atenção primária têm trabalhado entrevistando as famílias locais sobre os padrões de consumo de álcool e fazendo intervenções para que o consumo, quando existente, seja sempre feito de maneira moderada e sem trazer prejuízos à saúde. Essa frente de trabalho já possui indicadores animadores. Em 2018, o Brasília Vida Segura vai lançar o seu pilar social, com foco na prevenção do consumo de álcool por menores de 18 anos.

#### Desenvolvimento

Desde 2013, a Cervejaria promove o Bem Ambev, iniciativa de voluntariado em que os funcionários atuam em diferentes atividades socioambientais no entorno das operações. O programa conta com 14 comitês espalhados por todo o país. No último ano, o Bem Ambev mobilizou 2,3 mil voluntários, sendo mais de 1,3 mil funcionários, que investiram mais de 8 mil horas em atividades. Foram mais de 100 ações voluntárias, que beneficiaram em torno de 30 mil pessoas em todo o Brasil.

Para compartilhar experiências que contribuem para o crescimento da cadeia como um todo, do campo ao copo dos consumidores, a Ambev trabalha com produtores de cevada, por meio de um programa em parceria com a Embrapa, fomentando técnicas de cultivo. Também trabalha com 150 produtores rurais na região de Maués (AM), responsáveis pelo fornecimento de grande parte do guaraná usado nos refrigerantes. A Ambev oferece gratuitamente mudas e capacitação técnica para o cultivo, focando em gestão ambiental e produtividade. Outra iniciativa inclui a capacitação e alavancagem de pequenos bares por meio de programas de micro franquias, como o Nosso Bar.

A Ambev também atua para desenvolver a comunidade. Por isso, em 2015, criou o Educare, um projeto piloto em parceria com a Fundação Antonio e Helena Zerrenner (FAHZ), que oferece bolsa de estudos para os ensinos fundamental e médio aos filhos de funcionários e demais membros das comunidades no entorno das suas operações. A FAHZ mantém ainda a Escola Técnica Walter Belian, em São Paulo, e o Colégio Herbster Gusmão, em Sete Lagoas. Ambas são gratuitas e abertas para a comunidade local.

#### Recursos humanos

Chegamos ao final de 2017 com aproximadamente 51,4 mil funcionários: 31,5 mil no Brasil, 7,1 mil na região CAC, 3,7 mil no Canadá e 9,1 mil nas unidades da América Latina Sul.

A Ambev, por meio da Universidade Ambev, investiu em 2017 aproximadamente R\$ 41 milhões no desenvolvimento de nossa gente, reforçando nosso compromisso com os princípios da Companhia. Os treinamentos são divididos entre os eixos Cultura, Liderança, Funcional e Método e atendem a todos os cargos da Companhia.

Em 2017, a Universidade Ambev consolidou e ampliou seus treinamentos de destaque, como os programas de *Belts* em que formamos 596 colaboradores, treinamentos de liderança em que formamos 741 líderes da Companhia e os treinamentos técnicos nas nossas Cervejarias que impactaram 560 supervisores e 2.576 operadores. Para a nossa liderança sênior, a Universidade Ambev prepara programas personalizados com imersão em Universidades no exterior e no Brasil para atualização de assuntos de interesse.

Além disso, criamos novos treinamentos como o *Beer Academy*, que propaga o nosso conhecimento cervejeiro para todas as áreas da Companhia ensinando a história da cerveja, seus ingredientes e processo produtivo para cerca de 2.000 pessoas da nossa liderança. Ainda em 2017, iniciamos o desenvolvimento de uma trilha completa de treinamentos e encarreiramento para os Supervisores de Vendas e investimos em novas tecnologias, como classes de aula virtuais com transmissão ao vivo de conteúdos, o que ajuda a impactar um maior número de pessoas com conhecimento de qualidade.

No Brasil, os funcionários contam ainda com os investimentos da Fundação Zerrenner em bolsas de estudo de graduação e pós-graduação, além de auxílios para material escolar a funcionários e dependentes. A Fundação atua também na área de educação através de dois colégios destinados aos ensinos fundamental e técnico. Um situado em São Paulo, SP - Colégio Walter Belian e outra em Sete Lagoas, MG - Colégio Professor Roberto Herbster Gusmão.

Na área da saúde, a Fundação Zerrenner proporciona assistências médica, hospitalar e odontológica a cerca de 85.000 vidas representadas por empregados e dependentes das cervejarias e centros de distribuição situados em todo Brasil.

#### Destques operacionais e financeiros'

**Receita Líquida (ROL):** A nossa receita líquida consolidada aumentou 9,6% em 2017, em decorrência de crescimentos no Brasil (+5,6%), na LAS (+26,1%) e na CAC (+8,8%), junto com um desempenho estável no Canadá (+0,2%). No Brasil, a queda de volume de 0,6% foi mais do que compensada por um crescimento saudável de nossa receita líquida por hectolitro (ROL/hl) de 6,2%. Na LAS, nossos volumes apresentaram sólido crescimento de 5,9% e a ROL/hl aumentou 19,0%. Na CAC, a ROL/hl subiu 5,5% e, enquanto os volumes cresceram organicamente 1,9%, o volume reportado aumentou 26,9%, como resultado da troca de ativos realizado com a AB Inbev e início das nossas operações no Panamá. E, no Canadá, apesar da queda de volume de 1,3%, impactado por uma fraca indústria, a ROL/hl subiu 1,5%.

**Custo dos produtos vendidos (CPV):** Nosso CPV e CPV excluindo depreciação e amortização aumentaram 13,4% e 14,2%, respectivamente. Em uma base por hectolitro, o CPV cresceu 12,2%, enquanto o CPV, excluindo depreciação e amortização, subiu 13,0%, impactado principalmente pela desvalorização da moeda local no Brasil e na LAS.

**Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A):** O SG&A e o SG&A excluindo depreciação e amortização aumentaram 6,1% e 6,3%, respectivamente, em linha com a inflação média ponderada dos países em que operamos (cerca de 6%).

**EBITDA, Margem Bruta e Margem EBITDA:** Nosso EBITDA ajustado foi de R\$ 20.148 milhões (+7,9%), com contrações da margem bruta e da margem EBITDA em 130 pontos-base e em 70 pontos-base, respectivamente.

**Lucro líquido, Lucro líquido ajustado e LPA:** Nosso lucro líquido reduziu 40,0% para R\$ 7.851 milhões, enquanto ajustado por itens não recorrentes, o lucro líquido cresceu 2,1% para R\$ 12.200 milhões, uma vez que o aumento de EBITDA junto com menores despesas financeiras, foram parcialmente impactadas por uma alíquota efetiva de imposto de renda mais alta. O lucro por ação (LPA) foi R\$ 0,47 e o lucro por ação ajustado foi R\$ 0,74 no ano de 2017.

**Geração de caixa operacional e CAPEX:** Nosso fluxo de caixa das atividades operacionais chegou a R\$ 17.874 milhões no ano, o que representa um crescimento de 44,8%. Investimentos em CAPEX totalizaram R\$ 3.204 milhões em 2017, reduzindo 22,5% em relação ao ano anterior.

**Pay-out e disciplina financeira:** Durante 2017, retornamos para nossos acionistas cerca de R\$ 8.482 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2017, nossa posição líquida de caixa era de R\$ 7.812 milhões. Este valor não inclui o pagamento de dividendos de R\$ 0,07 por ação (aproximadamente R\$ 1,1 bilhão) anunciado em 21 de dezembro de 2017, realizado a partir de 22 de fevereiro de 2018.

<sup>1</sup> As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais nominais, de acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) e devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, arquivados na CVM e apresentados à SEC. Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Exceto quando especificado o contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste relatório, o termo “ajustado” se refere às medidas de desempenho (EBITDA, EBIT, Lucro Líquido, LPA) antes de itens não recorrentes. Itens não recorrentes são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela Administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2016. Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.



★ continuação **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Destaque financeiro - consolidado				
<i>R\$ milhões</i>	2016	2017	% Reportado	% Orgânico
Total volumes	159.821,6	162.829,4	1,9%	0,9%
Receita líquida	45.602,6	47.899,3	5,0%	9,6%
Lucro bruto	28.924,6	29.857,5	3,2%	7,5%
Margem bruta	63,4%	62,3%	-110 bps	-130 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>19.483,1</b>	<b>20.147,6</b>	<b>3,4%</b>	<b>7,9%</b>
Margem EBITDA ajustado	42,7%	42,1%	-60 bps	-70 bps
Lucro líquido	13.083,4	7.850,5	-40,0%	-
Lucro líquido ajustado	11.949,1	12.199,7	2,1%	-
<b>Lucro líquido - Ambev</b>	<b>12.546,6</b>	<b>7.332,0</b>	<b>-41,6%</b>	<b>-</b>
<b>Lucro líquido ajustado - Ambev</b>	<b>11.412,3</b>	<b>11.678,1</b>	<b>2,3%</b>	<b>-</b>
Nº de ações em circulação (milhões)	15.696,6	15.705,8	-	-
<b>LPA (R\$/ação)</b>	<b>0,80</b>	<b>0,47</b>	<b>-41,6%</b>	<b>-</b>
<b>LPA ajustado</b>	<b>0,75</b>	<b>0,74</b>	<b>-1,1%</b>	<b>-</b>

Nota: O cálculo do lucro por ação é baseado nas ações em circulação (total de ações existentes, menos ações em tesouraria).

Brasil consolidado							
<i>R\$ milhões</i>	2016	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	2017	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	106.961,4	-	-	(601,4)	106.360,0	-0,6%	-0,6%
Receita líquida	24.954,6	-	-	1.398,4	26.353,0	5,6%	5,6%
CPV	(9.071,8)	-	-	(817,7)	(9.889,5)	9,0%	9,0%
<b>Lucro bruto</b>	<b>15.882,8</b>	-	-	<b>580,8</b>	<b>16.463,6</b>	<b>3,7%</b>	<b>3,7%</b>
Margem bruta	63,6%	-	-	-	62,5%	-110 bps	-110 bps
SG&A total	(8.084,5)	-	-	(388,9)	(8.473,4)	4,8%	4,8%
Outras receitas/(despesas)							
operacionais, líquidas	1.274,1	-	-	(181,4)	1.092,7	-14,2%	-14,2%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>9.072,4</b>	-	-	<b>10,4</b>	<b>9.082,9</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>
Margem EBIT ajustado	36,4%	-	-	-	34,5%	-190 bps	-190 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>11.321,2</b>	-	-	<b>69,8</b>	<b>11.391,0</b>	<b>0,6%</b>	<b>0,6%</b>
Margem EBITDA ajustado	45,4%	-	-	-	43,2%	-220 bps	-220 bps

Brasil - cerveja							
<i>R\$ milhões</i>	2016	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	2017	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	79.670,1	-	-	563,4	80.233,6	0,7%	0,7%
Receita líquida	21.173,1	-	-	1.336,2	22.509,3	6,3%	6,3%
CPV	(7.339,9)	-	-	(555,2)	(7.895,1)	7,6%	7,6%
<b>Lucro bruto</b>	<b>13.833,2</b>	-	-	<b>781,0</b>	<b>14.614,3</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,6%</b>
Margem bruta	65,3%	-	-	-	64,9%	-40 bps	-40 bps
SG&A total	(7.095,9)	-	-	(295,0)	(7.390,9)	4,2%	4,2%
Outras receitas/(despesas)							
operacionais, líquidas	969,8	-	-	(144,8)	825,0	-14,9%	-14,9%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>7.707,1</b>	-	-	<b>341,2</b>	<b>8.048,3</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,4%</b>
Margem EBIT ajustado	36,4%	-	-	-	35,8%	-60 bps	-60 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>9.618,6</b>	-	-	<b>427,8</b>	<b>10.046,4</b>	<b>4,4%</b>	<b>4,4%</b>
Margem EBITDA ajustado	45,4%	-	-	-	44,6%	-80 bps	-80 bps

Brasil - RefrigeNanc							
<i>R\$ milhões</i>	2016	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	2017	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	27.291,3	-	-	(1.164,9)	26.126,4	-4,3%	-4,3%
Receita líquida	3.781,5	-	-	62,2	3.843,7	1,6%	1,6%
CPV	(1.731,9)	-	-	(262,5)	(1.994,4)	15,2%	15,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.049,6</b>	-	-	<b>(200,3)</b>	<b>1.849,3</b>	<b>-9,8%</b>	<b>-9,8%</b>
Margem bruta	54,2%	-	-	-	48,1%	-610 bps	-610 bps
SG&A total	(988,6)	-	-	(93,9)	(1.082,5)	9,5%	9,5%
Outras receitas/(despesas)							
operacionais, líquidas	304,3	-	-	(36,6)	267,7	-12,0%	-12,0%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>1.365,3</b>	-	-	<b>(330,7)</b>	<b>1.034,6</b>	<b>-24,2%</b>	<b>-24,2%</b>
Margem EBIT ajustado	36,1%	-	-	-	26,9%	-920 bps	-920 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.702,6</b>	-	-	<b>(358,0)</b>	<b>1.344,6</b>	<b>-21,0%</b>	<b>-21,0%</b>
Margem EBITDA ajustado	45,0%	-	-	-	35,0%	-1000 bps	-1000 bps

CAC							
<i>R\$ milhões</i>	2016	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	2017	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	9.671,3	2.421,4	-	179,1	12.271,8	26,9%	1,9%
Receita líquida	3.973,2	828,1	(418,8)	350,5	4.733,0	19,1%	8,8%
CPV	(1.798,6)	(310,2)	179,1	(115,8)	(2.045,6)	13,7%	6,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.174,5</b>	<b>517,9</b>	<b>(239,7)</b>	<b>234,7</b>	<b>2.687,4</b>	<b>23,6%</b>	<b>10,8%</b>
Margem bruta	54,7%	-	-	-	56,8%	210 bps	100 bps
SG&A total	(1.038,3)	(403,2)	101,8	9,7	(1.330,0)	28,1%	-0,9%
Outras receitas/(despesas)							
operacionais, líquidas	9,6	5,2	(8,9)	71,9	77,8	ns	ns
<b>EBIT ajustado</b>	<b>1.145,8</b>	<b>119,9</b>	<b>(146,8)</b>	<b>316,2</b>	<b>1.435,2</b>	<b>25,3%</b>	<b>27,6%</b>
Margem EBIT ajustado	28,8%	-	-	-	30,3%	150 bps	500 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.483,8</b>	<b>197,2</b>	<b>(184,6)</b>	<b>346,4</b>	<b>1.842,9</b>	<b>24,2%</b>	<b>23,3%</b>
Margem EBITDA ajustado	37,3%	-	-	-	38,9%	160 bps	500 bps

LAS							
<i>R\$ milhões</i>	2016	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	2017	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	32.934,5	(776,8)	-	1.904,3	34.062,0	3,4%	5,9%
Receita líquida	10.212,9	(309,2)	(1.718,8)	2.584,8	10.769,7	5,5%	26,1%
CPV	(3.685,4)	221,7	603,6	(1.262,5)	(4.122,6)	11,9%	36,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>6.527,5</b>	<b>(87,5)</b>	<b>(1.115,2)</b>	<b>1.322,3</b>	<b>6.647,2</b>	<b>1,8%</b>	<b>20,5%</b>
Margem bruta	63,9%	-	-	-	61,7%	-220 bps	-280 bps
SG&A total	(2.697,4)	214,7	411,3	(412,2)	(2.483,7)	-7,9%	16,6%
Outras receitas/(despesas)							
operacionais, líquidas	(39,0)	1,4	(8,1)	86,8	41,2	ns	ns
<b>EBIT ajustado</b>	<b>3.791,1</b>	<b>128,6</b>	<b>(712,0)</b>	<b>996,9</b>	<b>4.204,6</b>	<b>10,9%</b>	<b>25,4%</b>
Margem EBIT ajustado	37,1%	-	-	-	39,0%	190 bps	-20 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>4.501,7</b>	<b>82,5</b>	<b>(817,9)</b>	<b>1.100,3</b>	<b>4.866,7</b>	<b>8,1%</b>	<b>24,0%</b>
Margem EBITDA ajustado	44,1%	-	-	-	45,2%	110 bps	-80 bps

Canadá							
<i>R\$ milhões</i>	2016	Escopo	Conversão Moeda	Orgânico	2017	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	10.254,5	10,3	-	(129,1)	10.135,7	-1,2%	-1,3%
Receita líquida	6.461,9	5,9	(437,8)	13,6	6.043,5	-6,5%	0,2%
CPV	(2.122,1)	(3,0)	143,7	(2,7)	(1.984,2)	-6,5%	0,1%
<b>Lucro bruto</b>	<b>4.339,7</b>	<b>2,9</b>	<b>(294,2)</b>	<b>10,9</b>	<b>4.059,4</b>	<b>-6,5%</b>	<b>0,3%</b>
Margem bruta	67,2%	-	-	-	67,2%	bps	bps
SG&A total	(2.356,4)	(4,1)	163,0	(54,7)	(2.252,2)	-4,4%	2,3%
Outras receitas/(despesas)							
operacionais, líquidas	(21,6)	0,5	(0,4)	27,1	5,6	-126,0%	-125,2%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>1.961,7</b>	<b>(0,7)</b>	<b>(131,5)</b>	<b>(16,7)</b>	<b>1.812,8</b>	<b>-7,6%</b>	<b>-0,9%</b>
Margem EBIT ajustado	30,4%	-	-	-	30,0%	-40 bps	-40 bps
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>2.176,4</b>	<b>(0,5)</b>	<b>(148,5)</b>	<b>19,7</b>	<b>2.047,1</b>	<b>-5,9%</b>	<b>0,9%</b>
Margem EBITDA ajustado	33,7%	-	-	-	33,9%	20 bps	20 bps

**Análise do desempenho financeiro**

**Receita líquida**  
A receita líquida apresentou aumento de 9,6% em 2017, atingindo R\$ 47.899,3 milhões.

**Brasil**  
A receita líquida gerada por nossas operações de Cerveja e RefrigeNanc no Brasil cresceu 5,6% em 2017, para R\$ 26.353,0 milhões.

**Cerveja**  
Nossas operações de cerveja no Brasil incluem a produção e comercialização de cerveja e do portfólio *near beer*, que são bebidas à base de malte destinadas a outras categorias de bebidas que não de cerveja.

A receita líquida proveniente das vendas de cerveja no Brasil em 2017 subiu 6,3%, acumulando R\$ 22.509,3 milhões. Este crescimento foi resultado do aumento de 0,7% no volume de vendas, junto com um crescimento de 5,6% na receita líquida por hectolitro.

**RefrigeNanc**  
As operações de RefrigeNanc abrangem a produção e comercialização de refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas. A receita líquida gerada pela operação de RefrigeNanc em 2017 cresceu 1,6%, atingindo R\$ 3.843,7 milhões, com a queda do volume de vendas em 4,3% mais do que compensada por um aumento da receita por hectolitro de 6,2%.

**CAC**  
As operações da Ambev em CAC apresentaram um aumento da receita líquida em 2017 de 8,8%, acumulando R\$ 4.733,0 milhões, em função do aumento orgânico de volume de 1,9% e de receita líquida por hectolitro de 5,5%. Os volumes reportados aumentaram 26,9% no ano, beneficiados pela recente troca de ativos com a AB InBev e início das nossas operações no Panamá.

**América Latina Sul**  
As operações na América Latina Sul contribuíram com R\$ 10.769,7 milhões para a receita consolidada da Ambev em 2017, representando um crescimento de 26,1%. Esse resultado foi consequência de um crescimento de 5,9% no volume de vendas, junto com um aumento de 19,0% da receita por hectolitro, em função, principalmente, das nossas iniciativas de gestão da receita.

**Canadá**  
As operações no Canadá representaram R\$ 6.043,5 milhões da nossa receita consolidada em 2017, com crescimento orgânico de 0,2% em relação ao ano anterior. O resultado orgânico é decorrente do aumento da receita por hectolitro de 1,5%, parcialmente impactado por uma queda de 1,3% no volume de vendas.

**Custo dos produtos vendidos**  
O custo dos produtos vendidos em 2017 teve um crescimento de 13,4%, totalizando R\$ 18.041,8 milhões.

**Brasil**  
O custo dos produtos vendidos na unidade de negócios Brasil em 2017 foi de R\$ 9.889,5 milhões, crescendo 9,0%.

**Cerveja**  
O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil em 2017 cresceu 7,6%, chegando a R\$ 7.895,1 milhões, enquanto o custo dos produtos vendidos por hectolitro apresentou um aumento de 6,8%. O principal fator que contribuiu para este aumento foi o aumento do custo das nossas matérias-primas indexadas pelo dólar americano na primeira metade do ano, parcialmente compensado pelo *mix* de produtos, economias em suprimentos e ganhos de produtividade.

**RefrigeNanc**  
O custo dos produtos vendidos da operação de RefrigeNanc no Brasil cresceu 15,2% em 2017, chegando a R\$ 1.994,4 milhões. O custo dos produtos vendidos por hectolitro aumentou 20,3%, impactado negativamente pelo custo das nossas matérias-primas indexadas pelo dólar americano e por preços de *commodities* mais altos, especialmente açúcar, bem como por maiores despesas com depreciação industrial, parcialmente compensadas por economias em suprimentos e ganhos de produtividade.

**CAC**  
O custo dos produtos vendidos nas nossas operações na CAC aumentou 6,4% em 2017, chegando a R\$ 2.045,6 milhões. Os principais motivos que levaram a esse aumento foram (i) o maior *mix* de marcas *premium*, e (ii) a inflação de nossas matérias-primas, parcialmente compensadas por ganhos de produtividades em função da alavancagem operacional.

**América Latina Sul**  
A América Latina Sul teve um aumento de 36,4% no custo dos produtos vendidos, totalizando R\$ 4.122,6 milhões em 2017, o que representa um crescimento do custo dos produtos vendidos por hectolitro de 28,8%. O crescimento acima da inflação média ponderada na região é explicado pelo impacto negativo de nossas matérias-primas indexadas pelo dólar americano.

**Canadá**  
O custo dos produtos vendidos do Canadá no ano de 2017 apresentou leve crescimento de 0,1% em comparação ao ano anterior, totalizando R\$ 1.984,2 milhões, enquanto, em uma base por hectolitro, o aumento foi de 1,4%, abaixo da inflação do ano.

**Despesas com vendas, gerais e administrativas**  
As despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$ 14.539,3 milhões em 2017, crescendo 6,1% no ano.

**Brasil**  
As despesas com vendas, gerais e administrativas no Brasil somaram R\$ 8.473,4 milhões em 2017, aumentando 4,8%.

**Cerveja**  
As despesas com vendas, gerais e administrativas atingiram R\$ 7.390,9 milhões em 2017, apresentando um crescimento de 4,2%. O crescimento das despesas operacionais foi resultado, principalmente, de maiores despesas administrativas, impactadas pela provisão relativa à remuneração variável, e maiores despesas logísticas, impulsionadas pelo crescimento do volume de vendas e pela inflação geral, parcialmente compensadas por ganhos de eficiência em despesas com vendas e *marketing*.

**RefrigeNanc**  
Despesas com vendas, gerais e administrativas para RefrigeNanc acumularam R\$ 1.082,5 milhões em 2017, um crescimento de 9,5% no período, explicado, principalmente, por maiores despesas com vendas e *marketing*.

**CAC**  
As despesas com vendas, gerais e administrativas das operações da Ambev na CAC somaram R\$ 1.330,0 milhões em 2017, com redução orgânica de 0,9%, por conta de uma diminuição em despesas com vendas e *marketing* e gastos administrativos na região, a medida que nos beneficiamos de oportunidades de sinergia, principalmente no Panamá.

**América Latina Sul**  
As despesas com vendas, gerais e administrativas na América Latina Sul acumularam R\$ 2.483,7 milhões em 2017, crescendo 16,6%, impactadas, principalmente, por pressões inflacionárias na Argentina.

**Canadá**  
No Canadá, as despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 2.252,2 milhões em 2017, com crescimento orgânico de 2,3%, impulsionadas por maiores despesas administrativas, parcialmente compensadas por ganhos de eficiência em iniciativas de vendas e *marketing*.

**Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas**  
O saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais referente ao exercício de 2017 representou um ganho de R\$ 1.217,3 milhões, comparado ao ganho de R\$ 1.223,0 milhões registrado em 2016.

**Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas**  
Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais (Adições)/reversões de provisões (Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

<i>R\$ milhões</i>	2016	2017
Subvenção governamental/AVP de incentivos fiscais	1.166,5	993,8
(Adições)/reversões de provisões	(132,9)	(12,9)
(Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	70,9	91,1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	118,5	145,4
	<b>1.223,0</b>	<b>1.217,3</b>

**Itens não recorrentes**  
Os itens não recorrentes totalizaram uma despesa de R\$ 108,7 milhões em 2017 devido, principalmente, a gastos com reestruturação, comparado a uma receita de R\$ 1.134,3 milhões em 2016, resultado, em grande parte, do ganho com a permuta de participações societárias por meio da qual a Companhia transferiu suas operações na Colômbia, Peru e Equador para a AB InBev que, por sua vez, transferiu a operação no Panamá para a Companhia.

<i>R\$ milhões</i>	2016	2017
Resultado decorrente de permuta de participações societárias	1.240,0	-
Reestruturação	(79,8)	(105,5)
Processo administrativo	-	(3,8)
Custos de novas aquisições	(29,8)	



★ continuação **BALANÇOS PATRIMONIAIS | Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

Ativo	Nota	Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Consolidado	
		2017	2016			2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.354,5	7.876,8	Contas a pagar	13	11.854,0	10.868,8
Aplicações financeiras	6	11,9	282,8	Instrumentos financeiros derivativos	27	215,1	686,4
Instrumentos financeiros derivativos	27	350,0	196,6	Empréstimos e financiamentos	14	1.321,1	3.630,6
Contas a receber	7	4.944,8	4.368,1	Conta garantida	5	1,8	—
Estoques	8	4.319,0	4.347,1	Salários e encargos		1.047,2	686,6
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.770,4	4.693,7	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		1.778,6	1.714,4
Demais impostos a recuperar		600,2	729,6	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.668,4	904,2
Outros ativos		1.367,2	1.392,1	Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.825,4	3.378,2
<b>Ativo circulante</b>		<b>24.718,0</b>	<b>23.886,8</b>	Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		6.807,9	6.735,8
Aplicações financeiras	6	122,0	104,3	Provisões	15	169,0	168,6
Instrumentos financeiros derivativos	27	35,2	16,3	<b>Passivo circulante</b>		<b>28.688,5</b>	<b>28.773,6</b>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.312,7	4,5	Contas a pagar	13	175,1	237,8
Demais impostos a recuperar		225,0	343,2	Instrumentos financeiros derivativos	27	2,4	27,0
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.279,3	2.268,2	Empréstimos e financiamentos	14	1.231,9	1.765,7
Outros ativos		1.964,4	1.973,6	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	2.329,2	2.329,7
Benefícios a funcionários	16	58,4	33,5	Imposto de renda e contribuição social a recolher (i)		2.418,0	—
Investimentos		238,0	300,1	Impostos, taxas e contribuições a recolher		771,6	681,4
Imobilizado	10	18.822,3	19.153,8	Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		429,1	471,8
Intangível	11	4.674,7	5.245,9	Provisões	15	512,6	765,4
Ágio	12	31.401,9	30.511,2	Benefícios a funcionários	16	2.310,7	2.137,7
<b>Ativo não circulante</b>		<b>62.133,9</b>	<b>59.954,6</b>	<b>Passivo não circulante</b>		<b>10.180,6</b>	<b>8.416,5</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>38.869,1</b>	<b>37.190,1</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Capital social		57.614,1	57.614,1
				Reservas		63.361,2	64.230,0
				Ajuste de avaliação patrimonial		(74.966,5)	(77.019,1)
				<b>Patrimônio líquido de controladores</b>		<b>46.008,8</b>	<b>44.825,0</b>
				Participação de não controladores		1.974,0	1.826,3
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>47.982,8</b>	<b>46.651,3</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>86.851,9</b>	<b>83.841,4</b>

Total do ativo **86.851,9** **83.841,4**

(i) Durante o terceiro trimestre de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT 2017"). Informações adicionais sobre a adesão estão apresentadas na Nota 1 - Informações Gerais.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>57.614,1</b>	<b>54.529,9</b>	<b>9.700,1</b>	—	<b>(77.019,1)</b>	<b>44.825,0</b>	<b>1.826,3</b>	<b>46.651,3</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	7.332,0	—	7.332,0	518,5	7.850,5
<b>Resultado Abrangente:</b>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	—	1.928,6	1.928,6	23,7	1.952,3
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	513,4	513,4	0,3	513,7
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	—	117,7	117,7	6,9	124,6
<b>Resultado abrangente do exercício</b>				<b>7.332,0</b>	<b>2.559,7</b>	<b>9.891,7</b>	<b>549,4</b>	<b>10.441,1</b>
Opções concedidas sobre participação em controlada	—	—	—	—	(380,4)	(380,4)	—	(380,4)
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	—	(12,1)	(12,1)	29,5	17,4
Imposto sobre dividendos fictos	—	—	—	—	(38,7)	(38,7)	—	(38,7)
Dividendos distribuídos	—	—	—	(3.612,8)	—	(3.612,8)	(431,2)	(4.044,0)
Juros sobre o capital próprio	—	—	(3.770,1)	(1.099,6)	—	(4.869,7)	—	(4.869,7)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	—	13,7	—	—	—	13,7	—	13,7
Pagamentos baseados em ações	—	157,4	—	—	—	157,4	—	157,4
Dividendos prescritos	—	—	—	34,7	—	34,7	—	34,7
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	—	—	—	75,9	(75,9)	—	—	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	1.552,3	(1.552,3)	—	—	—	—
Reserva de investimentos	—	—	1.177,9	(1.177,9)	—	—	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>57.614,1</b>	<b>54.701,0</b>	<b>8.660,2</b>	—	<b>(74.966,5)</b>	<b>46.008,8</b>	<b>1.974,0</b>	<b>47.982,8</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>57.614,1</b>	<b>54.373,6</b>	<b>8.201,2</b>	—	<b>(71.857,0)</b>	<b>48.331,9</b>	<b>2.001,8</b>	<b>50.333,7</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	12.546,6	—	12.546,6	536,8	13.083,4
<b>Resultado Abrangente:</b>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	—	(3.728,8)	(3.728,8)	(398,9)	(4.127,7)
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	—	(1.076,7)	(1.076,7)	3,4	(1.073,3)
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	—	(130,7)	(130,7)	1,1	(129,6)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>			<b>12.546,6</b>	<b>(4.936,2)</b>	<b>7.610,4</b>	<b>142,4</b>	<b>37,6</b>	<b>7.752,8</b>
Opções concedidas sobre participação em controlada	—	—	—	—	(144,1)	(144,1)	—	(144,1)
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	—	(2,8)	(2,8)	37,6	34,8
Transação de permuta de participações societárias	—	—	—	—	(3,1)	(3,1)	—	(3,1)
Dividendos distribuídos	—	—	(5.651,8)	—	(5.651,8)	(5.651,8)	(355,5)	(6.007,3)
Juros sobre o capital próprio	—	—	(2.039,2)	(3.454,2)	—	(5.493,4)	—	(5.493,4)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	—	94,8	—	—	—	94,8	—	94,8
Pagamentos baseados em ações	—	61,5	—	—	—	61,5	—	61,5
Dividendos prescritos	—	—	—	21,6	—	21,6	—	21,6
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	—	—	—	75,9	(75,9)	—	—	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	1.819,5	(1.819,5)	—	—	—	—
Reserva de investimentos	—	—	1.719	(1.719)	—	—	—	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>57.614,1</b>	<b>54.529,9</b>	<b>9.700,1</b>	—	<b>(77.019,1)</b>	<b>44.825,0</b>	<b>1.826,3</b>	<b>46.651,3</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**(a) Objeto social**

A Ambev S.A. (referida como "Companhia", "Ambev" ou "Controladora"), com sede em São Paulo tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADR's (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código "ABEV3" e na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange-NYSE) sob o código "ABEV".

Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. ("IIBV"), a AmBrew S.A. ("AmBrew"), ambas controladas da Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev"), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência ("Fundação Zerrenner").

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2018.

**(b) Principais eventos ocorridos em 2016 e 2017**

**Renegociação acordo de acionistas Tenedora CND**

Em 1 de dezembro de 2017 a Ambev comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a E. León Jimenes, S.A. ("ELJ"), sócia da Companhia na Tenedora CND, S.A. ("Tenedora"), titular de quase a totalidade da Cerveceria Nacional Dominicana, S.A. ("CND") - exercerá de forma parcial, conforme previsto no acordo de acionistas da Tenedora, sua opção de venda de aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia pagará à ELJ o valor de, aproximadamente, R\$3 bilhões (equivalentes à, aproximadamente, USD 926,5 milhões de dólares) e passará a ser titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes. Adicionalmente, considerando a importância estratégica da aliança com a ELJ, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, nessa data, a extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se torne exercível. A operação estava sujeita a determinadas condições precedentes que foram executadas em 18 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 36 - *Eventos subsequentes*.

**Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT 2017**

Durante o terceiro trimestre de 2017 a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, previsto na Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, conforme prorrogada pela Medida Provisória nº 798 ("PERT 2017"), comprometendo-se a pagar algumas autuações fiscais que estavam em disputa, incluindo débitos de suas subsidiárias, totalizando o valor de R\$3,5 bilhões, já considerando os descontos previstos pelo referido programa, tendo pago o valor de aproximadamente R\$960 milhões em 2017 e comprometendo-se a pagar o valor restante em 145 parcelas mensais, acrescidas de juros, a partir de janeiro de 2018.

**Acordo de licenciamento perpétuo à Quilmes**

Em setembro de 2017, a Quilmes, uma subsidiária da Ambev, celebrou um acordo pelo qual a AB InBev concederá uma licença perpétua à Quilmes na Argentina para distribuição da marca Budweiser e outras marcas norte-americanas após a recuperação dos direitos de distribuição destas marcas pela AB InBev da sociedade chilena Companhia Cervecerías Unidas S.A. - CCU. O acordo também prevê a transferência da Cerveceria Argentina Sociedad Anonima Iserbeck pela AB InBev para Quilmes e a transferência de algumas marcas argentinas (Norte, Iguana e Baltica) e ativos comerciais relacionados, além de USD 50 milhões pela Quilmes para a CCU. O fechamento da transação está sujeito à aprovação da autoridade antitruste Argentina e outras condições habituais de fechamento. Essa aprovação não foi concedida até o momento da publicação dessas demonstrações contábeis.

**Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros - Equity Swap**

Em 21 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de novos contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros com liquidação financeira (denominados como *equity swap*), sem prejuízo da liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos ainda em vigor, cuja celebração foi autorizada em reunião de 16 de maio de 2017. Os contratos ora autorizados poderão acarretar a exposição em até 44 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderá ser por meio de ADR's), com valor limite de até R\$20 milhões e, acrescidos dos saldos dos contratos celebrados no contexto da aprovação de 16 de maio de 2017 e ainda não liquidados.

Em 16 de maio de 2017 o Conselho de Administração da Ambev aprovou a contratação, pela Companhia ou suas controladas, de contratos de troca de resultados de fluxos

financeiros futuros com liquidação financeira (denominados como *equity swap*) por meio de instituições financeiras a serem definidas pela diretoria da Companhia, tendo por referência ações de emissão da Companhia ou *American Depositary Receipts* com lastro nestas ações ("ADR's"). A liquidação do *equity swap* deverá ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar de tal aprovação, sendo que os contratos poderão acarretar a exposição em até 80 milhões de ações ordinárias, com valor limite de até R\$2,3 bilhões.

**Aquisição da Cachoeiras de Macacu**

Em dezembro de 2016, a Companhia adquiriu a Cachoeiras de Macacu Bebidas Ltda. da empresa Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda., empresa proprietária de uma unidade industrial de produção e embalagem de bebidas de cerveja e bebidas não alcoólicas no estado do Rio de Janeiro por R\$478.621.

**Permuta de participações societárias**

Em 12 de maio de 2016, a Ambev e seu acionista controlador, AB InBev, firmaram acordo de permuta de participações societárias ("Permuta"). A efetivação da Permuta estava condicionada à implementação da unificação das atividades da AB InBev e SABMiller Plc ("SABMiller"), o que veio a ocorrer em 10 de outubro de 2016. Posteriormente, em 31 de dezembro de 2016, após a implementação de determinados atos societários preparatórios, a Permuta foi efetivada. Com base no acordo descrito acima, a Ambev transferiu para a AB InBev a participação societária na Keystone Global Corporation - KGC, a qual era titular de participações em sociedades domiciliadas na Colômbia, Peru e Equador. Em contrapartida, a AB InBev transferiu à Ambev a participação na Cerveceria Nacional S. de R.L., uma subsidiária domiciliada no Panamá, a qual fora anteriormente adquirida de terceiro.

O valor atribuído à transação está embasado por um *"fairness opinion"* preparado por uma empresa especializada e que foi devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Ambev, com abstenção do voto dos conselheiros indicados pela AB InBev.

O resultado da operação exposta acima foi de R\$1.236.824, sendo que R\$1.239.972 foram reconhecidos na demonstração de resultado - itens não recorrentes.

**Aquisição da Archibald Microbrasserie**

Em abril de 2016 a Companhia, por meio de sua subsidiária Labatt Breweries, no Canadá, adquiriu a empresa Archibald Microbrasserie, conhecida por suas cervejas locais e especialidades sazonais. Além disso, no Brasil, adquiriu 66% da empresa Sucos do Bem, que conta com uma gama de sucos, chás e barras de cereais. O valor agregado de aquisição foi de aproximadamente R\$155 milhões.

**Aquisição de empresas do grupo Mark Anthony**

Em janeiro de 2016, a Ambev, por meio de suas subsidiárias CRBS S.A. e Ambev Luxemburgo, adquiriu empresas do grupo Mark Anthony no Canadá, que conta com uma gama de produtos de cervejas e sidras, por um valor de R\$1,4 bilhão.

**2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações contábeis da Ambev estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

**(a) Base de preparação e mensuração**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhões de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhão mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016  
(em milhões de reais)

	Nota	Consolidado	
		2017	2016
Receita líquida	19	47.899,3	45.602,6
Custo dos produtos vendidos		(18.041,8)	(16.678,0)
<b>Lucro bruto</b>		<b>29.857,5</b>	<b>28.924,6</b>
Despesas logísticas		(6.295,5)	(6.085,5)
Despesas comerciais		(5.620,0)	(5.925,0)
Despesas administrativas		(2.623,8)	(2.166,1)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	20	1.217,3	1.223,1
Itens não recorrentes	22	(108,7)	1.134,3
<b>Lucro operacional</b>		<b>16.426,8</b>	<b>17.105,4</b>
Despesas financeiras	23	(4.268,3)	(4.597,9)
Receitas financeiras	23	774,4	895,9
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(3.493,9)</b>	<b>(3.702,0)</b>
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto		(3,1)	(5,0)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>12.929,8</b>	<b>13.398,4</b>
Imposto de renda e contribuição social	24	(5.079,3)	(315,0)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.850,5</b>	<b>13.083,4</b>
Atribuído à:			
Participação dos controladores		7.332,0	12.546,6
Participação dos não controladores		518,5	536,8
Lucro por ação ordinária (básico) - R\$	17	0,47	0,80
Lucro por ação ordinária (diluído) - R\$	17	0,46	0,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE</**



**(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente**

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para exercícios contábeis anuais futuros. Embora as IFRSs prevejam a adoção antecipada, no Brasil os entes reguladores têm vedado essa antecipação para resguardar aspectos de comparabilidade. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as referidas normas não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis:

**IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros** (vigente a partir de 1 de janeiro de 2018), que visa substituir o IAS 39/CPC 38, introduz novas exigências para a classificação de ativos financeiros que depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros; define um novo modelo de contabilização de perdas por redução no valor recuperável que exigirá um reconhecimento mais efetivo e introduz um novo padrão de *hedge accounting* e teste de *impairment* com maior divulgações sobre a atividade de gestão de risco. O novo modelo de *hedge accounting* representa uma revisão significativa da política e alinha o tratamento contábil com as atividades de gerenciamento de risco. A IFRS 9/CPC 48 também remove a volatilidade no resultado que foi causada por mudanças no risco de crédito dos passivos determinados para serem mensurados pelo valor justo. A Companhia avaliou os possíveis impactos decorrentes da aplicação da nova regra e não identifica impacto significativo em sua posição financeira e/ou seu desempenho financeiro.

**IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente** (vigente a partir de 1º de janeiro de 2018) requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A nova norma também resultará em maiores e aprimoradas divulgações sobre receita, fornecerá orientações para transações que não foram anteriormente abordadas de forma abrangente (por exemplo, receitas de serviços e modificações de contratos) e melhorará a orientação para elementos múltiplos. Tendo em vista as atividades da Ambev, a Companhia não identificou que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha impacto significativo em sua posição financeira e/ou seu desempenho financeiro.

**IFRS 16/CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil** (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019) substitui os requisitos contábeis de arrendamento mercantil existentes e representam uma alteração significativa na contabilização e divulgação de arrendamentos que anteriormente eram classificados como arrendamentos operacionais, com mais ativos e passivos a serem reportados no balanço patrimonial e um reconhecimento diferente dos custos de arrendamento.

A Companhia está em processo de avaliar o impacto total da aplicação da IFRS 16/CPC 06 (R2) e espera mudanças na apresentação de arrendamentos operacionais que passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial.

**Outras normas, interpretações e alterações às normas**

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1º de janeiro de 2017 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para as demonstrações contábeis da Companhia.

**(c) Demonstrações contábeis individuais**

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPC's. Em 2014 o IASB publicou alterações ao IAS 27 - *'Equity Method in Separate Financial Statements (Amendments to IAS 27)'*. Esta alteração consiste em estabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, negócios em conjuntos e associadas em demonstrações contábeis separadas de uma entidade.

**(d) Demonstrações contábeis consolidadas**

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas. Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

**Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

**Negócios em conjunto**

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

**Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum**

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRS's ou CPC's. A IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)*) e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma permuta de participações societárias entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias, inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum. Com relação a transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de: i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos do IAS 16/CPC 27 - *Ativo imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICP 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil.

Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICP 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

**(e) Conversão de moeda estrangeira**

**Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

**Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

**Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior**

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

**Quasi-equity**

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior cuja moeda funcional difere do empréstimo, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

**Taxas de câmbio**

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2017	2016	2017	2016
CAD	Dólar canadense	Canadá	2,6380	2,4214	2,4567	2,6348
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0685	0,0700	0,0674	0,0755
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba <sup>(i)</sup>	3,3080	3,2591	3,2017	3,4749
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,4500	0,4343	0,4344	0,4570
ARS	Peso	Argentina	0,1762	0,2056	0,1931	0,2354
BOB	Boliviano	Bolívia	0,4753	0,4683	0,4600	0,4993
PYG	Guarani	Paraguai	0,0006	0,0006	0,0006	0,0006
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1151	0,1114	0,1116	0,1166
CLP	Peso chileno	Chile	0,0054	0,0049	0,0049	0,0051
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	1,6307	1,6075	1,5783	1,7139

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível ("CUC"), tem paridade com o dólar ("USD") na data da demonstração contábil.

**(f) Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

**(g) Ativos e passivos financeiros**

**Classificação**

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**1) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Em geral, os instrumentos financeiros dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

**2) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

**3) Ativos mantidos até o vencimento**

Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento.

**4) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle.

**Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas de ativos e passivos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos e passivos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

**1) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

**2) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

**3) Ativos mantidos até o vencimento**

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

**4) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente são contabilizados pelo valor justo com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

**Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros**

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

**Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(h) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IAS 39/CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, incluindo a manutenção da documentação requerida e teste de efetividade do *hedge*.

**Contabilização de hedge de fluxo de caixa**

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

**Contabilização de hedge de valor justo**

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

**Contabilização de hedge de investimento líquido**

Quando um instrumento financeiro derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

**Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

**(i) Contas a receber**

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada quando há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

**(j) Estoques**

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

**(k) Intangíveis**

**Marcas**

Como parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

**Software**

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

**Outros intangíveis**

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação. Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

**Amortização**

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

**(l) Ágio**

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto. O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios adquiridos pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.



Em conformidade com a IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício. Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

#### (m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida. O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente conforme Nota 1 - *Informações Gerais*.

#### Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

#### Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

#### Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

#### (n) Contabilização de arrendamento operacional

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

#### (o) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### (p) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos cobertos por instrumentos de *hedge* (Nota 14 - *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

#### (q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que refilita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

#### Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

#### Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados à várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

#### (r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (v)). A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12/ CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

#### (s) Benefícios a funcionários

#### Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerberner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Panamá, Uruguai, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

#### s.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

#### s.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano. Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos/liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

#### Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerberner, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

#### Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

#### Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

#### (t) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

#### (u) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados. Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros e/(ou) prazos destes empréstimos são vantajosas em relação a condições de mercado, tais financiamentos são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado no IAS 20/CPC 07. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.

#### (v) Patrimônio líquido

#### Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

#### Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

#### Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

#### Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”), com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

#### (w) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável. Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflète as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que refilita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

#### (x) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

#### Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não restando incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados ou da possível devolução dos produtos, e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções, deduições e descontos comerciais.

Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica descontos comerciais com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções no momento da realização das vendas.

#### Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

#### (y) Despesas

#### Despesa de royalties

*Royalties* pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

#### Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

#### (z) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

#### (aa) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira. A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e Refrigerantes e Não-alcoólicos e não-carbonatados), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado da operação consolidada antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de *performance* de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho da operação consolidada. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 18 - *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil e Luxemburgo, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes e não-alcoólicos e não-carbonatados e (b) na América Central (“CAC”), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vincent, Dominica, Antígua e Barbados), Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua), Cuba e Panamá;
- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile.
- Canadá, representada pelas operações Labatt.

### 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros. Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

(i) prática contábil do custo precedente (Nota 3 (d));

(ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));

(iii) redução ao valor de recuperação - *impairment* (Nota 3 (g) e (w));

(iv) provisões (Nota 3 (q));

(v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (t));

(vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (s));

(vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (r));

(viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d)); e

(ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g) e (h)). O valor justo dos ativos intangíveis adquiridos é avaliado pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizados no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida.



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2017	2016
Caixa	588,9	381,9
Contas correntes	5.077,1	3.467,3
Aplicações financeiras de curto prazo <sup>(i)</sup>	4.688,5	4.027,6
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.354,5</b>	<b>7.876,8</b>
Conta garantida	(1,8)	—
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquido</b>	<b>10.352,7</b>	<b>7.876,8</b>

(i) O saldo refere-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2017	2016
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado mantidos para negociação	11,9	282,8
<b>Ativo circulante</b>	<b>11,9</b>	<b>282,8</b>
Títulos mantidos até o vencimento <sup>(i)</sup>	122,0	104,3
<b>Ativo não circulante</b>	<b>122,0</b>	<b>104,3</b>
<b>Total</b>	<b>133,9</b>	<b>387,1</b>

(i) O saldo refere-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários - CDB atrelados aos incentivos fiscais.

**7. CONTAS A RECEBER**

	2017	2016
Contas a receber de clientes	5.335,7	4.774,5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(521,5)	(443,7)
<b>Contas a receber de clientes, líquidas</b>	<b>4.814,2</b>	<b>4.330,8</b>
Partes relacionadas	130,6	37,3
<b>Total contas a receber circulante</b>	<b>4.944,8</b>	<b>4.368,1</b>

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Valor contábil em 31 de dezembro		Vencidos entre 31 e 60 dias					Vencidos entre 61 e 90 dias					Vencidos entre 91 e 180 dias					Vencidos entre 181 e 360 dias					Vencidos a mais de 360 dias				
	A vencer	até 30 dias	até 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	361 a 540 dias	541 a 720 dias	721 a 900 dias	901 a 1080 dias	1081 a 1260 dias	1261 a 1440 dias	1441 a 1620 dias	1621 a 1800 dias	1801 a 3600 dias	3601 a 5400 dias	5401 a 7200 dias	7201 a 9000 dias	9001 a 10800 dias	10801 a 12600 dias	12601 a 14400 dias	14401 a 16200 dias	16201 a 18000 dias			
Contas a receber de clientes	5.335,7	4.343,8	340,7	32,3	63,3	85,6	42,2	427,8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(521,5)	(4,3)	(0,1)	(0,4)	(0,8)	(45,9)	(42,2)	(427,8)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
<b>2017</b>	<b>4.814,2</b>	<b>4.339,5</b>	<b>340,6</b>	<b>31,9</b>	<b>62,5</b>	<b>39,7</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>			
Contas a receber de clientes	4.774,5	4.093,6	187,9	28,4	43,7	30,0	38,9	352,0	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(443,7)	(6,9)	(1,9)	(4,1)	(9,9)	(30,0)	(38,9)	(352,0)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			
<b>2016</b>	<b>4.330,8</b>	<b>4.086,7</b>	<b>186,0</b>	<b>24,3</b>	<b>33,8</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>			

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2017 foi de R\$83,1 (R\$82,1 em 2016).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

**8. ESTOQUES**

	2017	2016
Produtos acabados	1.528,4	1.445,5
Produtos em elaboração	309,6	328,5
Matérias-primas	1.816,3	1.962,7
Materiais de produção	77,3	50,0
Almoxarifado e outros	476,9	447,2
Adiantamentos	210,9	234,5
Provisão para perdas	(100,4)	(121,3)
<b>Total</b>	<b>4.319,0</b>	<b>4.347,1</b>

O valor das baixas/perdas em estoques reconhecidas no resultado foi de R\$73,2 em 2017 (R\$114,4 em 2016).

**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, que são esperadas quando da realização dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas esperadas estão demonstradas abaixo:

América Central e Caribe	de 23% a 31%
América Latina <sup>(i)</sup>	de 14% a 35%
Canadá	26%

(i) Alterações na legislação fiscal da Argentina aprovadas em 29 de dezembro de 2017 afetam períodos fiscais iniciados a partir de outubro de 2018 e reduzem a alíquota do imposto sobre a renda nos primeiros dois anos de 35% para 30% e, na sequência, para 25%. Para o ano fiscal de 2017, entretanto, há um impacto de R\$33,0 milhões no imposto de renda diferido.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo Líquido	Ativo	Passivo Líquido
Aplicações financeiras	39,0	—	39,0	—
Intangível	—	(719,5)	(719,5)	(733,2)
Benefícios a empregados	631,1	—	631,1	—
Contas a pagar	1.382,4	(314,2)	1.068,2	(531,3)
Contas a receber	52,3	—	52,3	—
Derivativos	6,8	(5,8)	1,0	(110,7)
Estoques	248,7	(18,1)	230,6	(13,8)
Imobilizado	—	(920,5)	—	(905,7)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	—	(788,6)	—	(684,8)
Investimentos	—	(421,6)	—	(421,6)
Prejuízos fiscais a utilizar	501,0	—	501,0	—
Provisões	347,3	(39,7)	307,6	(44,6)
Outros itens	—	(30,5)	(15,1)	(24,7)
<b>Ativo/passivo) tributário diferido bruto</b>	<b>3.208,6</b>	<b>(3.258,5)</b>	<b>(49,9)</b>	<b>3.409,6</b>
Compensação	(929,3)	929,3	—	(1.141,4)
<b>Ativo/passivo) tributário diferido líquido</b>	<b>2.279,3</b>	<b>(2.329,2)</b>	<b>(49,9)</b>	<b>2.268,2</b>

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2017, os impostos diferidos ativos e passivos, têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

	2017		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
<b>Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais</b>			
Aplicações financeiras	—	39,0	39,0
Intangível	—	(719,5)	(719,5)
Benefícios a empregados	112,8	518,3	631,1
Contas a pagar	1.382,4	(314,2)	1.068,2
Contas a receber	47,3	5,0	52,3
Derivativos	1,0	—	1,0
Estoques	230,6	—	230,6
Imobilizado	(58,1)	(862,4)	(920,5)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	—	(788,6)	(788,6)
Investimentos	—	(421,6)	(421,6)
Provisões	91,7	215,9	307,6
Outros itens	—	(30,5)	(30,5)
<b>Total</b>	<b>1.807,7</b>	<b>(2.358,6)</b>	<b>(550,9)</b>

**Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais**

	2017
2018	209,0
2019	98,3
2020	16,1
2021	10,6
A partir de 2022 <sup>(i)</sup>	167,0
<b>Total</b>	<b>501,0</b>

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2017, ativos fiscais diferidos no montante de R\$427,4 (R\$455,6 em 31 de dezembro 2016) relacionados a prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foram registrados, já que sua realização não é provável.

A maioria destes ativos não têm prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado a eles equivale a R\$1.709,5 em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.285,2 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	2017
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(61,5)</b>
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	40,2
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	(262,7)
<i>Hedge</i> de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(31,8)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa - ganhos/(perdas)	(269,2)
Ganhos/(perdas) na conversão de demais operações no exterior	136,1
<b>Reconhecido no resultado abrangente</b>	<b>(387,4)</b>
<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>253,0</b>
<b>Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial</b>	<b>146,0</b>
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	35,4
Reconhecidas em outros grupos do balanço	110,6
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(49,9)</b>

**10. IMOBILIZADO**

	2017				2016	
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total	Total
<b>Custo de aquisição</b>						
<b>Saldo inicial</b>	<b>8.330,2</b>	<b>22.764,3</b>	<b>4.584,2</b>	<b>1.740,7</b>	<b>37.419,4</b>	<b>36.685,6</b>
Efeito de variação cambial	3,1	34,6	(27,3)	8,3	18,7	(2.652,7)
Combinações de negócios	228,9	(24,7)	—	—	204,2	700,4
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	—	—	—	—	—	433,9
Baixa por meio de permuta de participações societárias	—	—	—	—	—	(571,4)
Aquisições	10,2	626,1	171,8	2.367,4	3.175,5	4.009,3
Alienações	(25,9)	(555,5)	(125,4)	—	(706,8)	(1.012,7)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	415,4	1.657,8	473,2	(2.857,3)	(310,9)	(173,0)
Outros	—	36,2	—	(1,2)	35,0	—
<b>Saldo final</b>	<b>8.961,9</b>	<b>24.538,8</b>	<b>5.076,5</b>	<b>1.257,9</b>	<b>39.835,1</b>	<b>37.419,4</b>

	2017	2016
<b>Depreciação e Impairment</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>(2.278,2)</b>	<b>(13.075,3)</b>
Efeito de variação cambial	(12,1)	(104,9)
Baixa por meio de permuta de participações societárias	—	—
Depreciação	(299,0)	(2.245,5)
Perda por redução ao valor de recuperação	—	(125,0)
Alienações e baixas	5,3	539,5
Transferências (de) para outras categorias de ativos	(1,9)	29,7
Outros	—	7,8
<b>Saldo final</b>	<b>(2.585,9)</b>	<b>(14.973,7)</b>

Valor contábil: 31 de dezembro de 2016 6.052,0 9.689,0 1.672,1 1.740,7 19.153,8 19.153,8

31 de dezembro de 2017 6.376,0 9.565,1 1.623,3 1.257,9 18.822,3

Arrendamentos, juros capitalizados e imobilizados dados em garantia não são relevantes.

**11. INTANGÍVEL**

	2017				2016	
	Marcas	Contratos de distribuição	Software	Outros	Total	Total
<b>Custo de aquisição</b>						
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.160,8</b>	<b>2.319,4</b>	<b>888,5</b>	<b>460,7</b>	<b>7.829,4</b>	<b>7.440,8</b>
Efeito de variação cambial	(10,5)	7,5	(12,1)	(1,2)	(16,3)	(858,1)
Aquisições	18,8	—	2,9	8,8	30,5	26,1
Alienação	—	—	—	—	—	(0,7)
Aquisição por meio de combinação de negócios	(4,0)	—	—	—	(4,0)	1.073,8
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	—	—	—	—	—	248,7
Baixa por meio de permuta de participações societárias	—	—	—	—	—	(67,5)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(650,4)	6,4	265,3	26,4	(352,3)	(206,0)
Outros	—	—	—	46,0	46,0	172,3
<b>Saldo final</b>	<b>3.514,7</b>	<b>2.333,3</b>	<b>1.144,6</b>	<b>540,7</b>	<b>7.533,3</b>	<b>7.829,4</b>

Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação <sup>(i)</sup>

	2017	2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1.760,8)</b>
Efeito de variação cambial	—	4,9
Amortização	—	(138,7)
Alienação	—	—
Baixa por meio de permuta de participações societárias	—	—
Transferências (de) para outras categorias de ativos	—	(1,4)
<b>Saldo final</b>	<b>(1,9)</b>	<b>(1.894,6)</b>

(i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e a amortização é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2017	2016
Argentina	348,8	373,5
Bolívia	567,1	558,7
Brasil		



—★continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

**13. CONTAS A PAGAR**

	2017	2016
Fornecedores	10.418,4	9.793,0
Partes relacionadas	1.435,6	1.075,8
<b>Passivo circulante</b>	<b>11.854,0</b>	<b>10.868,8</b>
Fornecedores	175,1	237,8
<b>Passivo não circulante</b>	<b>175,1</b>	<b>237,8</b>
<b>Total</b>	<b>12.029,1</b>	<b>11.106,6</b>

**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	2017	2016
Empréstimos bancários com garantia	879,6	1.381,4
Empréstimos bancários sem garantia	394,3	1.910,1
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	—	296,4
Outros empréstimos sem garantia	38,4	33,5
Arrendamentos financeiros	8,8	9,2
<b>Passivo circulante</b>	<b>1.321,1</b>	<b>3.630,6</b>
Empréstimos bancários com garantia	589,3	665,8
Empréstimos bancários sem garantia	413,7	609,9
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	102,7	100,8
Outros empréstimos sem garantia	101,5	356,2
Arrendamentos financeiros	24,7	33,0
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.231,9</b>	<b>1.765,7</b>

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda estrangeira estão divulgadas na Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	2017		2016	
	Taxa média ao ano	Circulante	Taxa média ao ano	Circulante
<b>Instrumentos de Dívida</b>				
Dívida denominada em USD taxa fixa	3,83%	6,4	6,00%	—
Dívida denominada em USD taxa fluante	2,74%	78,3	1,55%	1.508,8
Dívida denominada em CAD taxa fluante	2,00%	685,9	1,62%	1.259,1
Dívida cesta de moedas BNDES taxa fluante (UMBNDDES)	—	—	1,70%	22,7
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	9,27%	199,1	8,86%	114,1
Outras moedas latino-americanas taxa fluante	2,33%	—	2,66%	—
Dívida TJLP BNDES taxa fluante (TJLP)	9,22%	165,3	9,66%	216,2
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	5,57%	38,4	4,13%	33,4
Dívida em reais - debêntures taxa fluante % CDI	—	—	13,63%	52,9
Dívida em Reais - taxa fixa	6,63%	147,7	7,64%	423,4
<b>Total</b>		<b>1.321,1</b>		<b>1.765,7</b>

**Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2017**

	Menos					
	Total	de 1 ano	anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	1.468,9	879,6	253,6	57,7	109,4	168,6
Empréstimos bancários sem garantia	808,0	394,3	413,7	—	—	—
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	102,7	—	—	102,7	—	—
Outros empréstimos sem garantia	139,9	38,4	32,0	24,7	11,6	33,2
Arrendamentos financeiros	33,5	8,8	24,7	—	—	—
<b>Total</b>	<b>2.553,0</b>	<b>1.321,1</b>	<b>724,0</b>	<b>82,4</b>	<b>223,7</b>	<b>201,8</b>

**Cláusulas contratuais (Covenants)**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia previam tão somente a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros previa cláusulas restritivas (*covenants*), tais como:

- *Covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos;
- Garantia da existência da Companhia;
- Manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, das propriedades e ativos da Companhia;
- Limitação para realização de operações de aquisição, fusão, alienação ou disposição de seus ativos;
- Divulgação de demonstrativos financeiros e balanços patrimoniais, conforme requerido pelas normas contábeis brasileiras e internacionais; e/ou
- Não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do referido contrato de empréstimo; (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro - incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (exemplo Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Estas cláusulas restritivas serão aplicadas na medida em que os eventos previstos produzam efeitos materiais adversos na Companhia e/ou em suas subsidiárias ou nos direitos de seus credores, sendo que, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas, pode ter sido concedido à Companhia um prazo de carência para saneamento de eventual inadimplemento.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

**15. PROVISÕES**

**(a) Movimentação das provisões**

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2017
<b>Reestruturação</b>	7,4	0,7	—	—	8,1
<b>Provisão para disputas e litígios</b>					
Impostos sobre vendas	247,2	0,2	113,9	(135,0)	226,3
Imposto de renda	323,4	3,0	167,4	(336,8)	157,0
Trabalhistas	165,8	(1,4)	142,0	(176,9)	129,5
Cíveis	43,9	(0,1)	65,4	(74,0)	35,2
Outros	146,3	(5,9)	69,8	(84,7)	125,5
<b>Total de provisão para disputas e litígios</b>	<b>926,6</b>	<b>(4,2)</b>	<b>558,5</b>	<b>(807,4)</b>	<b>673,5</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>934,0</b>	<b>(3,5)</b>	<b>558,5</b>	<b>(807,4)</b>	<b>681,6</b>

**(b) Expectativa de desembolso**

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
<b>Reestruturação</b>	8,1	7,3	—	0,8	—
<b>Provisão para disputas e litígios</b>					
Impostos sobre vendas	226,3	25,7	179,9	5,0	15,7
Imposto de renda	157,0	33,6	100,7	22,7	—
Trabalhistas	129,5	77,3	25,3	17,6	9,3
Cíveis	35,2	17,1	15,4	1,6	1,1
Outros	125,5	8,0	30,3	83,8	3,4
<b>Total de provisão para disputas e litígios</b>	<b>673,5</b>	<b>161,7</b>	<b>351,6</b>	<b>130,7</b>	<b>29,5</b>
<b>Total das provisões</b>	<b>681,6</b>	<b>169,0</b>	<b>351,6</b>	<b>131,5</b>	<b>29,5</b>

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

**Principais processos com perda provável:**

**(a) Tributos sobre a renda e vendas**

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de IR, CSLL, ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

**(b) Trabalhistas**

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, de suas subsidiárias, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

**(c) Cíveis**

A Companhia está envolvida em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 30 - *Passivos contingentes*.

**16. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS**

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Panamá, Uruguai, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição dos mesmos.

A Ambev mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

**Planos de contribuição definida**

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2017, a Companhia contribuiu com R\$18,9 (R\$25,3 durante o exercício de 2016) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

**Planos de benefício definido**

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2017, está composto da seguinte forma:

	2017	2016
Valor presente das obrigações custeadas	(5.027,7)	(4.592,1)
Valor justo dos ativos do plano	4.006,2	3.845,2
<b>Valor presente de obrigações líquidas</b>	<b>(1.021,5)</b>	<b>(746,9)</b>
Valor presente das obrigações não custeadas	(757,4)	(741,3)
<b>Valor presente das obrigações líquidas</b>	<b>(1.778,9)</b>	<b>(1.488,2)</b>
Teto de ativo (" <i>asset ceiling</i> ")	(368,4)	(532,2)
<b>Passivos</b>	<b>(2.147,3)</b>	<b>(2.020,4)</b>
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(105,0)	(83,8)
<b>Total dos benefícios a funcionários</b>	<b>(2.252,3)</b>	<b>(2.104,2)</b>
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial		
Passivos	(2.310,7)	(2.137,7)
Ativos	58,4	33,5
<b>Passivos líquidos</b>	<b>(2.252,3)</b>	<b>(2.104,2)</b>

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	2017	2016
<b>Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro</b>	<b>(5.333,4)</b>	<b>(5.403,0)</b>
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	—	(67,3)
Custo de serviços	(38,2)	(43,1)
Custo de juros	(321,5)	(320,5)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	3,9	2,2
Contribuições dos participantes do plano	(4,1)	(5,2)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	77,3	(20,1)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	(140,3)	(321,1)
Ajustes de experiência	(115,7)	(182,8)
Reclassificações	(7,5)	11,1
Diferenças cambiais	(306,5)	599,6
Benefícios pagos	400,9	416,8
<b>Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro</b>	<b>(5.785,1)</b>	<b>(5.333,4)</b>

Na Fundação Zerenner o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$762,0 (R\$683,4 em 2016) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerenner. A Fundação Zerenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	2017	2016
<b>Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro</b>	<b>3.845,2</b>	<b>3.781,4</b>
Receita de juros	273,3	274,7
Custos de administração	(3,4)	(3,7)
Retorno esperado excluindo receita de juros	(64,8)	269,8
Aquisição por meio de combinação de negócios	—	73,5
Contribuições da Ambev	183,2	175,9
Contribuições dos participantes do plano	4,5	5,6
Diferenças cambiais	166,8	(315,3)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(398,6)	(416,7)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro</b>	<b>4.006,2</b>	<b>3.845,2</b>

O retorno real dos ativos em 2017 foi um ganho de R\$208,5 (ganho de R\$544,5 em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um montante de R\$58,4 (R\$33,5 em 31 de dezembro de 2016), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	2017	2016
<b>Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro</b>	<b>33,5</b>	<b>8,6</b>
Aquisição por meio de permuta de participações societárias	—	10,4
Receita/(despesa) de juros	2,8	1,3
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	8,8	15,8
Efeito de variação cambial	0,9	(2,6)
Outros	12,4	—
<b>Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro</b>	<b>58,4</b>	<b>33,5</b>

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Custos de serviços correntes	(38,2)	(43,1)
Custos de administração	(3,4)	(3,7)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	4,2	0,7
<b>Resultado operacional</b>	<b>(37,4)</b>	<b>(46,1)</b>
Custo financeiro	(101,3)	(105,6)
<b>Total da despesa com benefícios a funcionários</b>	<b>(138,7)</b>	<b>(151,7)</b>

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	2017	2016
Custo de vendas	(22,3)	(24,5)
Despesas comerciais	(5,0)	(9,5)
Despesas administrativas	(10,1)	(10,2)
Despesas financeiras	(101,3)	(105,6)
Itens não recorrentes	—	(1,9)
<b>Total</b>	<b>(138,7)</b>	<b>(151,7)</b>

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	2017 <sup>(i)</sup>	2016 <sup>(i)</sup>
Taxa de desconto	3,6% a 10,6%	3,9% a 10,5%
Inflação	2,0% a 5,0%	2,0% a 5,2%
Aumentos de salários futuros	1,0% a 8,7%	1,0% a 8,5%
Aumentos de pensão futuros	2,0% a 4,3%	2,0% a 4,5%
Tendência de custo com plano de saúde	4,5% a 7,9% ao ano com redução 7,9%	3,8% a 8,2% ao ano com redução 8,2%
Tendência de custo com plano odontológico	4,3%	4,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	83 a 87	80 a 86
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	86 a 89	83 a 89

(i) Compreende as premissas dos países da América Latina - Norte, América Latina - Sul e Canadá.

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a empresa está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

**Volatilidade do ativo**

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

**Mudanças nos rendimentos de títulos**

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

**Risco de inflação**

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano ou são afetados por, ou vagamente correlacionados com, a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

**Expectativa de vida**

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

**Estratégia de Investimento**

No caso dos planos custeados, a empresa garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidam com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

	2017			2016		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(119,7)	102,3	(104,7)	90,2	
Taxa de desconto	50 pontos base	289,7	(309,2)	292,6	(311,5)	
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(12,9)	12,3	(16,6)	15,3	
Longevidade	Um ano	(180,6)	176,5	(175,9)		



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

★ continuação

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**(a) Capital social**

	2017		2016	
	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais
No início do exercício	15.717,6	57.614,1	15.717,6	57.614,1
Emissão de ações	-	-	-	-
	<b>15.717,6</b>	<b>57.614,1</b>	<b>15.717,6</b>	<b>57.614,1</b>

**(b) Reservas de capital**

	Reservas de capital				Total
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(1.003,5)</b>	<b>53.662,8</b>	<b>700,9</b>	<b>1.013,4</b>	<b>54.373,6</b>
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	94,8	-	-	-	94,8
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	61,5	61,5
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(908,7)</b>	<b>53.662,8</b>	<b>700,9</b>	<b>1.074,9</b>	<b>54.529,9</b>
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	13,7	-	-	-	13,7
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	157,4	157,4
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(895,0)</b>	<b>53.662,8</b>	<b>700,9</b>	<b>1.232,3</b>	<b>54.701,0</b>

**(b.1) Ações em tesouraria**

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/Realização		Resultado sobre ações em tesouraria		Total ações em tesouraria	
	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>32,6</b>	<b>(617,4)</b>	<b>(386,1)</b>	<b>(1.003,5)</b>		
Alterações no período	(16,0)	304,7	(209,9)	94,8		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>16,6</b>	<b>(312,7)</b>	<b>(596,0)</b>	<b>(908,7)</b>		
Alterações no período	(9,1)	173,0	(159,3)	13,7		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>7,5</b>	<b>(139,7)</b>	<b>(755,3)</b>	<b>(895,0)</b>		

**(b.2) Prêmio na emissão de ações**

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

**(b.3) Pagamentos baseados em ações**

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$209,3 em 31 de dezembro de 2017 (R\$170,3 em 31 de dezembro de 2016) (Nota 26 - Pagamento baseado em ações).

**(c) Reservas de lucros**

	Reservas de lucros				Total
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Dividendos e juros sobre o capital próprio	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.141,3</b>	<b>4,5</b>	<b>4.016,2</b>	<b>2.039,2</b>	<b>8.201,2</b>
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(2.039,2)	(2.039,2)
Destinação do resultado do exercício	1.718,6	-	1.819,5	-	3.538,1
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>3.859,9</b>	<b>4,5</b>	<b>5.835,7</b>	<b>9.700,1</b>	<b>9.700,1</b>
Juros sobre o capital próprio	(3.770,1)	-	-	-	(3.770,1)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.552,3	-	1.552,3
Reserva de investimentos	1.177,9	-	-	-	1.177,9
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.267,7</b>	<b>4,5</b>	<b>7.388,0</b>	<b>8.660,2</b>	<b>8.660,2</b>

**(c.1) Reserva de investimentos**

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destinar-se-á importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos suportar investimentos futuros.

**(c.2) Reserva legal**

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

**(c.3) Incentivos fiscais**

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

**(c.4) Juros sobre o capital próprio/Dividendos**

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2017:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	16/05/2017	Dividendos	17/07/2017	2017	ON	0,1600	2.513,1
RCA	01/12/2017	Juros sobre o capital próprio	28/12/2017	2017	ON	0,3100	4.869,7
RCA	21/12/2017	Dividendos	22/02/2018	2017	ON	0,0700	1.099,7
							<b>8.482,5</b>

(i) R\$3.770,1 desses juros sobre o capital próprio referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos da Reserva de Investimento.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2016:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	15/01/2016	Juros sobre o capital próprio	29/02/2016	2015	ON	0,1300	2.039,2
RCA	24/06/2016	Dividendos	29/07/2016	2016	ON	0,1300	2.040,8
RCA	19/10/2016	Dividendos	25/11/2016	2016	ON	0,1600	2.511,9
RCA	01/12/2016	Juros sobre o capital próprio	29/12/2016	2016	ON	0,2200	3.454,2
RCA	22/12/2016	Dividendos	23/02/2017	2016	ON	0,0700	1.099,1
							<b>11.145,2</b>

**(d) Ajustes de avaliação patrimonial**

	Ajustes de avaliação patrimonial							Total
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>3.472,2</b>	<b>932,2</b>	<b>(1.131,5)</b>	<b>(2.246,7)</b>	<b>2.123,6</b>	<b>156,1</b>	<b>(75.162,9)</b>	<b>(71.857,0)</b>
Resultado Abrangente: Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(3.728,7)	-	-	-	-	-	-	(3.728,7)
Hedge de fluxo de caixa	-	(1.076,7)	-	-	-	-	-	(1.076,7)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(130,7)	-	-	-	-	(130,7)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(3.728,7)</b>	<b>(1.076,7)</b>	<b>(130,7)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.936,1)</b>
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	(144,2)	-	-	-	(144,2)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(2,8)	-	-	(2,8)
Transação de permuta de participações societárias	(33,0)	-	-	-	29,9	-	-	(3,1)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(75,9)	(75,9)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(289,5)</b>	<b>(144,5)</b>	<b>(1.262,2)</b>	<b>(2.390,9)</b>	<b>2.150,7</b>	<b>156,1</b>	<b>(75.238,8)</b>	<b>(77.019,1)</b>
Resultado Abrangente: Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	1.928,6	-	-	-	-	-	-	1.928,6
Hedge de fluxo de caixa	-	513,4	-	-	-	-	-	513,4
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	117,7	-	-	-	-	117,7
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.928,6</b>	<b>513,4</b>	<b>117,7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.559,7</b>
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	(380,4)	-	-	-	(380,4)
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(12,1)	-	-	(12,1)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(38,7)	-	-	(38,7)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	(75,9)	(75,9)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.639,1</b>	<b>368,9</b>	<b>(1.144,5)</b>	<b>(2.771,3)</b>	<b>2.099,9</b>	<b>156,1</b>	<b>(75.314,7)</b>	<b>(74.966,5)</b>

**(d.1) Reservas de conversão**

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo, de acordo com as regras de contabilidade de *hedge* do IAS 39/CPC 38 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

**(d.2) Reservas de hedge de fluxo de caixa**

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

**(d.3) Ganhos e perdas atuariais**

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

O ganho atuarial de R\$158,5, decorrente do superávit revertido à Patrocinadora, oriundo do Instituto Ambev de Previdência Privada do plano de benefício definido foi registrado integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuarias.

**(d.4) Opções concedidas sobre participação em controlada**

Como parte do acordo de aquisição de participação na Tenedora CND, uma opção de venda ("put") foi emitida pela Companhia e uma opção de compra ("call") foi emitida pela E. León Jimenes S.A. ("ELJ"), que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da Tenedora CND por um valor equivalente ao múltiplo de EBITDA, +/- Dívida Líquida das operações no país, sendo a *put* exercível anualmente até 2019 e a *call* a partir de 2019. Em 31 de dezembro de 2017, a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$5.520,2 (R\$4.878,5 em 31 de dezembro de 2016) e o passivo categorizado como "Nível 3", demonstrado na Nota 27 (b), e em conformidade com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinação de Negócios*. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia, dado que a probabilidade de exercício é remota. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e a reavaliação do valor justo é efetuada anualmente.

Conforme divulgado na Nota 1 - *Informações Gerais*, em 1 de dezembro de 2017 a Ambev comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a E. León Jimenes S.A. ("ELJ"), exercerá de forma parcial sua opção de venda de aproximadamente 30% do capital social da Tenedora. Em razão do exercício parcial de tal opção de venda, a Companhia passará a ser titular de 85% da Tenedora. Adicionalmente, foi aprovada uma extensão, de 2019 para 2022, do prazo para que a opção de compra outorgada pela ELJ à Companhia se torne exercível. A operação estava sujeita a determinadas condições precedentes que foram executadas em 18 de janeiro de 2018, conforme descrito na Nota 36 - *Eventos subsequentes*.

Como parte do acordo de aquisição das ações remanescentes da Sucos do Bem, foi concedida uma opção de venda sobre participação em controlada determinada pela receita bruta de seus produtos e exercível a partir de 2019. Em 31 de dezembro de 2017 a opção está valorizada em R\$132,0 (R\$127,7 em 31 de dezembro de 2016).

Como parte do acordo de aquisição da totalidade das ações da empresa Tropical Juice, atualmente Cervejaria ZX S.A., foi concedida uma opção de venda sobre participação em controlada exercível a partir de 2018. Em 31 de dezembro de 2017 a opção está valorizada em R\$23,0 (R\$23,4 em 31 de dezembro de 2016).

A movimentação dessas opções está demonstrada na Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

**(d.5) Ajustes contábeis de transações entre sócios**

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado, serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pela IFRS 10/CPC 36 - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial, quando aplicável.

**(e) Lucro por ação**

**Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas**

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhões de ações

	2017	2016
<b>Ordinárias</b>	<b>15.705,8</b>	<b>15.696,6</b>
	132,2	126,5
	<b>15.838,0</b>	<b>15.823,1</b>

Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro <sup>(i)</sup>

Efeito das opções de ações

**Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro**

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação ("LPA"):

	2017	2016
<b>Ordinárias</b>	<b>7.332,0</b>	<b>12.546,6</b>
	15.705,8	15.696,6
	<b>0,47</b>	<b>0,80</b>
	7.332,0	12.546,6
	15.838,1	15.823,2
	<b>0,46</b>	<b>0,79</b>

Lucro atribuível aos acionistas da Ambev

Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)

**LPA básico <sup>(i)</sup>**

Lucro atribuível aos acionistas da Ambev

Média ponderada da quantidade de ações (diluída)

**LPA diluído <sup>(i)</sup>**

(i) Valores expressos em reais.

**(f) Destinações**

**Destinações propostas**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou as destinações da conta de "Lucros acumulados", de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2017 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores</b>	<b>7.332,0</b>	<b>12.546,6</b>
Dividendos prescritos	34,7	21,6
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	75,9	75,9
<b>Lucro base para dividendos e destinações</b>	<b>7.442,6</b>	<b>12.644,1</b>
<b>Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício</b>	<b>3.612,7</b>	<b>5.651,8</b>
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	1.099,7	3.454,2
Dividendos aprovados em RCA para distribuição	<b>4.712,4</b>	<b>9.106,0</b>
<b>Total de dividendos e JCP</b>	<b>63%</b>	<b>72%</b>



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

(i) América Latina - Norte: compreende as operações no Brasil, Luxemburgo e CAC (El Salvador, Guatemala, Nicarágua, República Dominicana, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Cuba, Barbados e Panamá).  
(ii) América Latina - Sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.  
(iii) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

**(b) Informações adicionais - por unidades de negócio - exercícios findos em:**

	América Latina - norte					
	CAC		Brasil		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Líquida	4.733,0	3.973,2	26.353,0	24.954,6	31.086,0	28.927,8
Custo dos produtos vendidos	(2.045,6)	(1.798,6)	(9.889,4)	(9.071,8)	(11.935,0)	(10.870,4)
<b>Lucro bruto</b>	<b>2.687,4</b>	<b>2.174,6</b>	<b>16.463,6</b>	<b>15.882,8</b>	<b>19.151,0</b>	<b>18.057,4</b>
Despesas logísticas	(538,6)	(409,9)	(3.655,2)	(3.555,5)	(4.193,8)	(3.965,4)
Despesas comerciais	(526,4)	(456,7)	(3.129,1)	(3.214,4)	(3.655,5)	(3.671,1)
Despesas administrativas	(265,0)	(171,7)	(1.689,1)	(1.314,6)	(1.954,1)	(1.486,3)
Outras receitas (despesas) operacionais	77,8	9,6	1.092,7	1.274,1	1.170,5	1.283,7
Itens não recorrentes	(23,1)	(13,5)	(33,0)	1.196,7	(56,1)	1.183,2
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>1.412,1</b>	<b>1.132,4</b>	<b>9.049,9</b>	<b>10.269,1</b>	<b>10.462,0</b>	<b>11.401,5</b>
Resultado financeiro líquido	(46,5)	(9,2)	(2.646,8)	(3.685,3)	(2.693,3)	(3.694,5)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	6,0	19,0	(10,7)	(25,8)	(4,7)	(6,8)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.371,6</b>	<b>1.142,2</b>	<b>6.392,4</b>	<b>6.558,0</b>	<b>7.764,0</b>	<b>7.700,2</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(353,5)	(318,8)	(2.956,0)	1.418,9	(3.309,5)	1.100,1
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.018,1</b>	<b>823,4</b>	<b>3.436,4</b>	<b>7.976,9</b>	<b>4.454,5</b>	<b>8.800,3</b>
<b>EBITDA ajustado</b> <sup>(i)</sup>	<b>1.842,0</b>	<b>1.483,8</b>	<b>11.391,9</b>	<b>11.321,2</b>	<b>13.233,9</b>	<b>12.805,0</b>
Itens não recorrentes	(23,1)	(13,5)	(33,0)	1.196,7	(56,1)	1.183,2
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(406,8)	(338,0)	(2.309,0)	(2.248,7)	(2.715,8)	(2.586,7)
Resultado financeiro líquido	(46,5)	(9,2)	(2.646,8)	(3.685,3)	(2.693,3)	(3.694,5)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	6,0	19,0	(10,7)	(25,8)	(4,7)	(6,8)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(353,5)	(318,8)	(2.956,0)	1.418,9	(3.309,5)	1.100,1
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.018,1</b>	<b>823,3</b>	<b>3.436,4</b>	<b>7.977,0</b>	<b>4.454,5</b>	<b>8.800,3</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>38,9%</b>	<b>37,3%</b>	<b>43,2%</b>	<b>45,4%</b>	<b>42,6%</b>	<b>44,3%</b>

(i) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes e Não-alcoólicos e não-carbonatados		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Líquida	22.509,3	21.173,1	3.843,7	3.781,5	26.353,0	24.954,6
Custo dos produtos vendidos	(7.895,1)	(7.339,9)	(1.994,3)	(1.731,9)	(9.889,4)	(9.071,8)
<b>Lucro bruto</b>	<b>14.614,2</b>	<b>13.833,2</b>	<b>1.849,4</b>	<b>2.049,6</b>	<b>16.463,6</b>	<b>15.882,8</b>
Despesas logísticas	(2.961,0)	(2.891,7)	(694,2)	(663,8)	(3.655,2)	(3.555,5)
Despesas comerciais	(2.953,6)	(3.044,0)	(175,5)	(170,4)	(3.129,1)	(3.214,4)
Despesas administrativas	(1.476,3)	(1.160,2)	(212,8)	(154,4)	(1.689,1)	(1.314,6)
Outras receitas (despesas) operacionais	825,0	969,8	267,7	304,3	1.092,7	1.274,1
Itens não recorrentes	(28,2)	1.014,3	(4,8)	182,4	(33,0)	1.196,7
<b>Lucro operacional (EBIT)</b>	<b>8.020,1</b>	<b>8.721,4</b>	<b>1.029,8</b>	<b>1.547,7</b>	<b>9.049,9</b>	<b>10.269,1</b>
Resultado financeiro líquido	(2.646,8)	(3.685,3)	-	-	(2.646,8)	(3.685,3)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(10,7)	(25,8)	-	-	(10,7)	(25,8)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>5.362,6</b>	<b>5.010,3</b>	<b>1.029,8</b>	<b>1.547,7</b>	<b>6.392,4</b>	<b>6.558,0</b>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.956,0)	1.418,9	-	-	(2.956,0)	1.418,9
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.406,6</b>	<b>6.429,2</b>	<b>1.029,8</b>	<b>1.547,7</b>	<b>3.436,4</b>	<b>7.976,9</b>
<b>EBITDA ajustado</b> <sup>(i)</sup>	<b>10.047,3</b>	<b>9.618,6</b>	<b>1.344,6</b>	<b>1.702,6</b>	<b>11.391,9</b>	<b>11.321,2</b>
Itens não recorrentes	(28,2)	1.014,3	(4,8)	182,4	(33,0)	1.196,7
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(1.999,0)	(1.911,5)	(310,0)	(337,3)	(2.248,7)	(2.248,7)
Resultado financeiro líquido	(2.646,8)	(3.685,3)	-	-	(2.646,8)	(3.685,3)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(10,7)	(25,8)	-	-	(10,7)	(25,8)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.956,0)	1.418,9	-	-	(2.956,0)	1.418,9
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.406,6</b>	<b>6.429,2</b>	<b>1.029,8</b>	<b>1.547,7</b>	<b>3.436,4</b>	<b>7.976,9</b>
<b>Margem EBITDA ajustado em %</b>	<b>44,5%</b>	<b>45,4%</b>	<b>35,8%</b>	<b>45,0%</b>	<b>43,2%</b>	<b>45,4%</b>

(i) O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) Despesa com imposto de renda, (ii) Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto, (iii) Resultado financeiro líquido, (iv) Itens não recorrentes, e (v) Despesas com depreciações, amortizações e *impairment* de ativo imobilizado.

**19. RECEITA LÍQUIDA**

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	2017	2016
Receita bruta de vendas e/ou serviços <sup>(i)</sup>	72.411,0	79.551,1
Impostos sobre vendas	(16.192,9)	(16.345,2)
Descontos <sup>(i)</sup>	(8.318,8)	(17.603,3)
	<b>47.899,3</b>	<b>45.602,6</b>

(i) Variação decorrente de alteração do método de concessão de desconto com efeito direto na Receita bruta e Descontos. Serviços prestados por distribuidores tais como divulgação de nossas marcas e serviços logísticos são considerados como despesa quando separadamente identificáveis.

**20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS**

	2017	2016
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais (Adições)/reversões de provisões	993,7	1.166,5
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	(12,9)	(132,9)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	91,1	70,9
	<b>145,4</b>	<b>118,6</b>
	<b>1.217,3</b>	<b>1.223,1</b>

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

**21. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA**

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2017 e 2016:

	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2017	2016	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	2.364,7	2.283,3	6,2	4,3
Despesas logísticas	197,6	200,9	-	-
Despesas comerciais	532,2	538,0	142,3	222,9
Despesas administrativas	231,1	182,5	142,0	95,8
	<b>3.325,6</b>	<b>3.204,7</b>	<b>290,5</b>	<b>323,0</b>

**22. ITENS NÃO RECORRENTES**

Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Resultado decorrente de permuta de participações societárias <sup>(i)</sup>	-	1.240,0
Reestruturação	(105,5)	(79,8)
Custos decorrentes de combinação de negócios	(3,8)	(29,8)
Outros	0,6	3,9
	<b>(108,7)</b>	<b>1.134,3</b>

(i) Refere-se ao resultado da permuta de participações societárias, conforme Nota 1(b) *Permuta de participações societárias*. Em dezembro de 2017 a Companhia registrou despesas financeiras não recorrentes de R\$977 milhões - ver Nota 23 - *Despesas e receitas financeiras* - e uma despesa de imposto de renda não recorrente de R\$2,8 bilhões - ver Nota 24 - *Imposto de renda e contribuição social*.

**23. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS**

**(a) Despesas Financeiras**

	2017	2016
Despesas com juros	(1.571,6)	(1.547,3)
Juros capitalizados	2,3	3,9
Juros líquidos sobre planos de pensão	(77,6)	(105,6)
Perdas com derivativos	(616,7)	(1.575,1)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(225,9)	(619,5)
Variação cambial	(339,5)	(310,4)
Impostos sobre transações financeiras	(179,7)	(224,6)
Despesas com fiança bancária	(89,5)	(87,1)
Outros resultados financeiros	(193,3)	(132,2)
	<b>(3.291,5)</b>	<b>(4.597,9)</b>
Despesa financeira não recorrente	(976,8)	-
	<b>(4.268,3)</b>	<b>(4.597,9)</b>

A despesa financeira não recorrente refere-se ao PERT 2017 aderido pela Ambev - ver Nota 24 - *Imposto de renda e contribuição social* e à realização da variação cambial de empréstimos liquidados com partes relacionadas historicamente reconhecida no patrimônio líquido.

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev - consultar também a Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	2017	2016
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(477,6)	(545,6)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(176,2)	(961,0)
Hedge de valor justo - itens protegidos	(19,7)	(49,3)
Hedge de valor justo - instrumentos de hedge	1,9	8,6
	<b>(1.571,6)</b>	<b>(1.547,3)</b>

**(b) Receitas Financeiras**

	2017	2016
Receita de juros	458,8	513,6
Ganhos com derivativos	73,7	113,5
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	227,6	247,5
Outros resultados financeiros	14,3	21,3
	<b>774,4</b>	<b>895,9</b>

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	233,4	241,5
Aplicação financeira em título para negociação	26,9	51,1
Outros recebíveis	198,5	221,0
	<b>458,8</b>	<b>513,6</b>

**24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	2017	2016
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(5.332,3)</b>	<b>(413,9)</b>
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	891,9	(732,5)
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente	(638,9)	831,4
<b>Total do imposto de renda diferido</b>	<b>253,0</b>	<b>98,9</b>
<b>Resultado de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.079,3)</b>	<b>(315,0)</b>

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	2017	2016
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>12.929,8</b>	<b>13.398,4</b>
<b>Ajuste na base tributável</b>		
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	(310,9)	(392,0)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.889,1)	(1.528,6)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	3,1	5,0
Despesas não dedutíveis	91,1	539,3
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	560,4	148,0
Resultado de transações intragrupo tributáveis/dedutíveis somente no Brasil	(547,5)	640,7
	<b>10.836,9</b>	<b>12.810,8</b>
	29,22%	30,16%
	<b>(3.166,6)</b>	<b>(3.864,0)</b>

**Alíquota nominal ponderada agregada**

**Impostos a pagar - alíquota nominal**

**Ajuste na despesa tributária**

Incentivos regionais de imposto de renda	304,6	264,5
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.649,0	1.867,7
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	175,2	142,0
Imposto retido na fonte sobre dividendos	(356,9)	153,1
Reconhecimento/baixa de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(178,9)	796,7
PERT 2017	(2.784,7)	-
Outros ajustes tributários	(721,0)	325,0
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.079,3)</b>	<b>(315,0)</b>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<b>39,28%</b>	<b>2,35%</b>

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: a redução da despesa de imposto reflete a dedutibilidade das subvenções para investimento decorrente de créditos diferidos e presumidos de ICMS.
- Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda nos termos da legislação aplicável, cujo montante distribuído até a data foi de R\$4.869,8, dos quais R\$4.850,1 são dedutíveis e o impacto tributário é de R\$1.649,0.
- Imposto retido na fonte sobre dividendos: variação explicada por dois principais fatores, quais sejam, (i) reversão total da provisão relacionada ao imposto retido na fonte sobre resultados não distribuídos de subsidiárias argentinas em 2016, devido a mudança na legislação que isenta de imposto retido na fonte o pagamento de dividendos no valor negativo de R\$240 milhões; e (ii) constituição de provisão e efeito de variação cambial em relação ao imposto retido na fonte sobre resultados não distribuídos de subsidiárias canadenses, cujo montante aproximado perfaz R\$145 milhões, em oposição ao valor aproximado de R\$5 milhões no mesmo período anterior.
- PERT 2017: as contingências cobertas pelo PERT 2017, incluem um processo em que se discutia a apuração do IRPJ e da CSLL pelo método do lucro presumido pela subsidiária CRBS. O valor total reconhecido como despesa após a conversão em Lei da MP nº 783/2017 foi de R\$2.926 milhões (principal e multa), sendo R\$2.785 milhões como despesa não recorrente na rubrica de imposto de renda e R\$141 milhões na rubrica de resultado financeiro.

**25. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS**

	2017	2016
Salários e encargos	3.371,2	3.038,9
Contribuições previdenciárias	741,1	727,2
Outros custos com pessoal	616,2	613,8
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	138,7	151,7
Remuneração baseada em ações	236,9	189,3
Contribuição para planos de contribuição definida	18,9	25,3
	<b>5.123,0</b>	<b>4.746,2</b>



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

Durante o exercício, a Ambev emitiu 794 mil (7.329 mil em 31 de dezembro de 2016) unidades de ações diferidas relacionadas ao exercício de opções no modelo de *Outorga 1*. Estas unidades de ações diferidas são avaliadas ao valor da cotação do dia da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$15,2 em 31 de dezembro de 2017 (R\$133,9 em 31 de dezembro de 2016), e terá um período de carência de cinco anos. O número total de ações adquiridas no âmbito do plano de ações pelos funcionários, cuja entrega é diferida para um momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas), está demonstrado a seguir:

	2017	2016
<b>Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro</b>	<b>19.260</b>	<b>19.056</b>
Novas ações diferidas durante o exercício	794	7.329
Ações diferidas entregues durante o exercício	(2.874)	(6.118)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(880)	(1.007)
<b>Ações diferidas em aberto no final do exercício</b>	<b>16.300</b>	<b>19.260</b>

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$236,9 (R\$189,3 em 31 de dezembro de 2016) registrados na rubrica de despesa administrativa.

**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS**

**Fatores de riscos**

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços, e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

**Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.

ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensuradas conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições da Companhia que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia. As seguintes denominações foram aplicadas:

*Hedge* Operacional: Refere-se às exposições oriundas da atividade fim da Ambev, tais como: compra de insumos, compra de ativos fixos e contratos de serviço atrelados à moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

*Hedge* Financeiro: Refere-se às exposições oriundas de caixa e atividades de financiamento, tais como: caixa em moeda estrangeira e dívida em moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

*Hedge* de investimento no exterior: Refere-se, principalmente, às exposições oriundas de caixa em moeda estrangeira em subsidiárias no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda de consolidação.

*Hedge* de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada: Conforme detalhado na Nota 17 (d.4) a Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Pesos Dominicanos e está registrado em empresa cuja moeda funcional é o Real.

A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados na República Dominicana, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

**Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros**

Exposição	Risco	2017						
		Valor Justo			Ganhos/(Perdas) reconhecidos no:			
		Nocional	Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
<b>Custo</b>		<b>(9.742,3)</b>	<b>9.318,9</b>	<b>283,6</b>	<b>(190,0)</b>	<b>(563,5)</b>	<b>(200,2)</b>	<b>584,8</b>
	<i>Commodity</i>	(2.378,7)	1.955,3	166,5	(70,7)	(1,5)	103,6	(4,8)
	Dólar	(6.879,1)	6.879,1	86,3	(93,4)	(556,1)	(331,5)	630,2
	Euro	(82,9)	82,9	3,5	(0,7)	(4,7)	0,4	6,6
	Peso Mexicano	(401,6)	401,6	27,3	(25,2)	(1,2)	27,3	(47,2)
		<b>(579,5)</b>	<b>579,5</b>	<b>1,9</b>	<b>(10,8)</b>	<b>(1,9)</b>	-	-
<b>Ativo fixo</b>	Dólar	(531,9)	531,9	1,8	(10,8)	(2,8)	-	-
	Euro	(47,6)	47,6	0,1	-	0,9	-	-
		<b>(177,7)</b>	<b>177,7</b>	<b>0,5</b>	<b>(1,8)</b>	<b>(2,9)</b>	<b>3,9</b>	<b>1,8</b>
<b>Despesas</b>	Dólar	(169,2)	169,2	0,3	(1,6)	(3,1)	3,5	2,4
	Rúpia	(8,5)	8,5	0,2	(0,2)	0,2	0,4	(0,6)
		<b>(1.328,3)</b>	<b>1.328,3</b>	-	<b>(13,1)</b>	<b>(266,0)</b>	-	-
<b>Caixa</b>	Dólar	(1.313,3)	1.313,3	-	(13,1)	(266,0)	-	-
	Taxa de juros	(15,0)	15,0	-	-	-	-	-
		<b>(919,5)</b>	<b>356,9</b>	<b>30,0</b>	<b>(1,8)</b>	<b>(67,5)</b>	-	-
<b>Dívida</b>	Dólar	(562,6)	-	-	-	(76,2)	-	-
	Taxa de juros	(356,9)	356,9	30,0	(1,8)	8,7	-	-
		<b>(2.347,9)</b>	<b>677,0</b>	<b>69,2</b>	-	<b>67,0</b>	-	-
<b>Instrumento Patrimonial</b>	Preço das ações	(2.347,9)	677,0	69,2	-	67,0	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>(15.095,2)</b>	<b>12.438,3</b>	<b>385,2</b>	<b>(217,5)</b>	<b>(834,8)</b>	<b>(196,3)</b>	<b>586,6</b>

Exposição	Risco	2016						
		Valor Justo			Ganhos/(Perdas) reconhecidos no:			
		Nocional	Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido	
<b>Custo</b>		<b>(8.807,6)</b>	<b>8.624,1</b>	<b>190,7</b>	<b>(582,8)</b>	<b>(1.397,5)</b>	<b>737,4</b>	<b>(873,3)</b>
	<i>Commodity</i>	(1.742,8)	1.559,3	136,5	(43,7)	(5,4)	(97,0)	90,3
	Dólar	(6.566,9)	6.566,9	36,0	(491,3)	(1.392,6)	782,2	(909,0)
	Euro	(135,2)	135,2	-	(4,7)	3,2	56,1	(42,1)
	Peso Mexicano	(359,2)	359,2	18,2	(43,3)	(2,9)	(4,3)	(13,2)
	Reais	(3,5)	3,5	-	0,2	0,2	0,4	0,7
		<b>(523,1)</b>	<b>523,1</b>	<b>3,0</b>	<b>(76,1)</b>	<b>(187,0)</b>	-	-
<b>Ativo fixo</b>	Dólar	(430,3)	430,3	3,0	(5,8)	(119,0)	-	-
	Euro	(92,8)	92,8	-	(70,3)	(68,0)	-	-
		<b>(103,7)</b>	<b>103,7</b>	<b>0,8</b>	<b>(1,1)</b>	<b>47,6</b>	<b>5,8</b>	<b>(134,2)</b>
<b>Despesas</b>	Dólar	(90,9)	90,9	-	(1,1)	(3,0)	5,8	(29,4)
	Euro	-	-	-	-	(0,3)	-	0,7
	Dólar Canadense	-	-	-	-	50,9	-	(106,3)
	Rúpia	(12,8)	12,8	0,8	-	-	-	0,8
		<b>1.043,8</b>	<b>(1.043,8)</b>	-	<b>7,8</b>	<b>(3,7)</b>	-	-
<b>Caixa</b>	Dólar	592,3	(592,3)	-	7,8	(55,8)	-	-
	Euro	51,5	(51,5)	-	0,1	11,6	-	-
	Taxa de juros	400,0	(400,0)	-	(0,1)	40,5	-	-
		<b>(2.547,9)</b>	<b>2.000,2</b>	<b>18,4</b>	<b>(61,2)</b>	<b>(50,7)</b>	-	-
<b>Dívida</b>	Dólar	(1.874,2)	1.326,5	2,6	(48,5)	(28,7)	-	-
	Taxa de juros	(673,7)	673,7	15,8	(12,7)	(22,0)	-	-
<b>Investimentos no exterior</b>		-	-	-	-	<b>(1,2)</b>	-	<b>35,4</b>
	Dólar	-	-	-	-	(0,9)	-	37,2
	Euro	-	-	-	-	-	-	1,7
	Dólar Canadense	-	-	-	-	(0,3)	-	(3,5)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>(10.938,5)</b>	<b>10.207,3</b>	<b>212,9</b>	<b>(713,4)</b>	<b>(1.592,5)</b>	<b>743,2</b>	<b>(972,1)</b>

**I. Riscos de mercado**

**a.1) Risco de moeda estrangeira**

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

**a.2) Risco de commodities**

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

**a.3) Risco de taxa de juros**

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e fluante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros:

	2017			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,4%	682,5	5,9%	370,8
Capital de Giro em Peso Argentino	31,0%	1,8	31,0%	1,8
Dívida em Peso Dominicano	9,3%	188,8	9,3%	188,8
Dívida em Dólar Americano	3,8%	22,9	3,8%	22,9
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,8%	10,3	7,8%	10,3
<b>Taxa de juros pré-fixado</b>		<b>906,3</b>		<b>594,6</b>
Dívida em Real Brasileiro	9,2%	402,3	7,6%	714,1
Dívida em Dólar Americano	2,7%	555,3	2,7%	555,2
Dívida em Dólar Canadense	2,0%	685,9	2,0%	685,9
Dívida em Dólar Barbadense	2,3%	5,0	2,3%	5,0
<b>Taxa de juros pós-fixado</b>		<b>1.648,5</b>		<b>1.960,2</b>

	2016			
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,8%	1.223,5	6,2%	841,9
Dívida em Peso Dominicano	9,7%	288,8	9,7%	288,8
Dívida em Dólar Americano	6,0%	11,6	6,0%	1,8
Dívida em Quetzal Guatemalteco	8,0%	9,9	8,0%	10,0
Dívida em Dólar Barbadense	4,3%	48,5	4,3%	48,5
<b>Taxa de juros pré-fixado</b>		<b>1.582,3</b>		<b>1.191,0</b>
Dívida em Real Brasileiro	10,0%	667,7	12,6%	2.375,6
Dívida em Dólar Americano	1,5%	1.882,3	2,2%	565,7
Dívida em Dólar Canadense	1,6%	1.259,1	1,6%	1.259,1
Dívida em Dólar Barbadense	2,7%	4,9	2,7%	4,9
<b>Taxa de juros pós-fixado</b>		<b>3.814,0</b>		<b>4.205,3</b>

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2017, os quais estão apresentados em tabela.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2017.

Transação	Risco	Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço das <i>commodities</i>	95,8	(70,6)	(392,9)	(881,7)
Compras de insumos	Desvalorização de moeda estrangeira	(95,8)	108,7	498,8	1.093,5
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	(2,2)	(105,0)	(1.843,1)	(3.684,0)
Compras de insumos	Moeda estrangeira	2,2	105,0	3.684,0	3.684,0
<b>Efeito no custo</b>		-	<b>38,1</b>	<b>105,9</b>	<b>211,8</b>
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	(8,9)	(16,8)	(153,8)	(298,6)
Compra de <i>capex</i>	Moeda estrangeira	8,9	16,8	153,8	298,6
<b>Efeito no ativo fixo</b>		-	-	-	-
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	(1,3)	(3,4)	(45,7)	(90,2)
Despesas	Moeda estrangeira	1,3	3,4	45,7	90,2
<b>Efeito nas despesas</b>		-	-	-	-
<i>Hedge</i> cambial	Valorização de moeda estrangeira	(13,1)	(37,5)	(341,4)	(669,8)
Caixa	Moeda estrangeira	13,1	37,5	341,4	669,8
<i>Hedge</i> de juros	Queda na taxa de juros	-	(0,4)	(2,9)	(3,4)
Receita com juros	Taxa de juros	-	0,4	2,9	3,4
<b>Efeito no caixa</b>		-	-	-	-
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de moeda estrangeira	-	-	-	-
Dívidas	Moeda estrangeira	-	9,7	140,6	281,3
<i>Hedge</i> de juros	Aumento na taxa de juros	28,2	18,4	(131,5)	(162,7)
Despesas com juros	Taxa de juros	(28,2)	(18,4)	131,5	162,7
<b>Efeito na dívida</b>		-	<b>9,7</b>	<b>140,6</b>	<b>281,3</b>
<i>Hedge</i> de Instrumento Patrimonial	Desvalorização do preço das ações	69,2	54,3	(100,1)	(269,3)
Despesas	Preço das ações	(69,2)	(19,4)	517,8	1.104,8
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>		-	<b>34,9</b>	<b>417,7</b>	<b>835,5</b>
		-	<b>82,7</b>	<b>664,2</b>	<b>1.328,6</b>

Os instrumentos financeiros derivativos



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2017. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2017.

**III. Risco de liquidez**

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

**IV. Risco de valor de ação**

Por meio da operação de *equity swap* aprovada em 16 de maio de 2017 e alterada em 21 de dezembro de 2017 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 - *Informações gerais*), a Companhia, ou sua controlada, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* com lastro nestas ações ("ADR's") de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em dezembro de 2017, uma exposição equivalente à R\$2,3 bilhões em ações (ou ADR's) da Ambev foi parcialmente protegida, resultando em um ganho no resultado do exercício de R\$67,0.

**V. Gerenciamento de Capital**

A Ambev está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

**Instrumentos financeiros**

**(a) Categoria dos instrumentos financeiros**

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

	2017					Total
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	10.354,5	-	-	-	-	10.354,5
Aplicações financeiras	-	122,0	11,9	-	-	133,9
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	7.505,0	-	-	-	-	7.505,0
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	100,1	285,1	-	385,2
<b>Total</b>	<b>17.859,5</b>	<b>122,0</b>	<b>112,0</b>	<b>285,1</b>	<b>-</b>	<b>18.378,6</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	-	5.764,1	-	13.502,0	19.266,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	16,1	201,4	-	217,5
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	2.553,0	2.553,0
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.780,2</b>	<b>201,4</b>	<b>16.055,0</b>	<b>22.036,6</b>

	2016					Total
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	7.876,8	-	-	-	-	7.876,8
Aplicações financeiras	-	104,3	282,8	-	-	387,1
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	6.962,5	-	-	-	-	6.962,5
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	18,4	194,5	-	212,9
<b>Total</b>	<b>14.839,3</b>	<b>104,3</b>	<b>301,2</b>	<b>194,5</b>	<b>-</b>	<b>15.439,3</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar e opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	-	-	5.106,1	-	13.208,1	18.314,2
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	49,9	663,5	-	713,4
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	5.396,3	5.396,3
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.156,0</b>	<b>663,5</b>	<b>18.604,4</b>	<b>24.423,9</b>

**(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo**

A IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com a IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	2017				2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos Financeiros</b>								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	11,9	-	-	11,9	282,8	-	-	282,8
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	0,1	100,0	-	100,1	2,6	15,8	-	18,4
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	4,8	280,3	-	285,1	83,6	110,9	-	194,5
<b>Total</b>	<b>16,8</b>	<b>380,3</b>	<b>-</b>	<b>397,1</b>	<b>369,0</b>	<b>126,7</b>	<b>-</b>	<b>495,7</b>
<b>Passivos Financeiros</b>								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado <sup>(i)</sup>	-	-	5.764,1	5.764,1	-	-	5.106,1	5.106,1
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	1,7	14,4	-	16,1	9,9	40,0	-	49,9
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	58,4	143,0	-	201,4	78,9	575,9	-	654,8
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	-	-	-	-	8,7	-	8,7
<b>Total</b>	<b>60,1</b>	<b>157,4</b>	<b>5.764,1</b>	<b>5.981,6</b>	<b>88,8</b>	<b>624,6</b>	<b>5.106,1</b>	<b>5.819,5</b>

(i) Refere-se à opção de venda concedida sobre participação em controlada conforme Nota 17 d (4).

**Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3**

	Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro 2016	Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2017 <sup>(i)</sup>
Aquisição de investimento	5.106,1	7,4
Total de ganhos e perdas no exercício	7,4	650,6
Despesa reconhecida no resultado do exercício	650,6	359,1
Despesa reconhecida no patrimônio líquido	359,1	291,5
<b>Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2017 <sup>(i)</sup></b>	<b>5.106,1</b>	<b>5.764,1</b>

(i) O passivo foi registrado na rubrica de "Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos" no balanço patrimonial.

**(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado**

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

**Apuração do valor justo de derivativos**

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

**Margens dadas em garantia**

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2017 um montante de R\$608,3 em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$486,8 em 31 de dezembro de 2016).

**Compensação de ativos e passivos financeiros**

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

**28. ARRENDAMENTO OPERACIONAL**

A Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas comerciais.

Os valores futuros contratuais a pagar estão demonstrados a seguir, por prazo de vencimento:

	2017	2016
Menos de 1 ano	35,7	26,7
De 1 a 5 anos	129,4	61,4
Mais de 5 anos	71,1	66,5
<b>Total</b>	<b>236,2</b>	<b>154,6</b>

Em 2017, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$39,0 no resultado do exercício (R\$43,4 em 2016).

**29. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS**

	2017	2016
Cauções	606,3	1.051,5
Outros compromissos	842,7	754,3
<b>Total</b>	<b>1.449,0</b>	<b>1.805,8</b>
Compromissos contratuais com fornecedores <sup>(i)</sup>	11.096,3	4.019,2
Compromissos contratuais - <i>Bond</i> 2017	-	300,0
<b>Total</b>	<b>11.096,3</b>	<b>4.319,2</b>

(i) A variação refere-se, principalmente, a novos contratos com novos fornecedores de alumínio em 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$1.449,0 (R\$1.805,8 em 31 de dezembro de 2016), incluindo R\$551,0 (R\$571,3 em 31 de dezembro de 2016) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2017, um montante de R\$606,3 (R\$486,8 em 31 de dezembro de 2016) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 27 - *Instrumentos financeiros e riscos*). A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está demonstrado a seguir:

	2017	2016
Menos de 1 ano	3.812,8	3.325,7
Entre 1 e 2 anos	2.995,7	420,8
Mais de 2 anos	4.287,8	572,7
<b>Total</b>	<b>11.096,3</b>	<b>4.319,2</b>

**30. PASSIVO CONTINGENTE**

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 15 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2017	2016
IRPJ e CSLL	31.757,3	28.934,8
PIS e COFINS	3.485,2	1.971,1
ICMS e IPI	19.805,5	16.046,9
Trabalhistas	287,1	222,0
Cíveis	4.071,5	4.417,6
Outros	1.113,4	858,1
<b>Total</b>	<b>60.520,0</b>	<b>52.450,5</b>

**Principais processos com probabilidade de perda possível**

**IRPJ e CSLL**

*Ágio Inbev Holding*  
Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em novembro de 2014, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") concluiu o julgamento do recurso. Considerando que o julgamento foi parcialmente favorável, a Ambev apresentou embargos de declaração. Em setembro de 2016, os referidos embargos foram parcialmente admitidos e a Ambev foi formalmente notificada da referida decisão em janeiro de 2018. Como a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") restou parcialmente favorável, a Ambev ingressará com ação judicial para discutir a matéria em que ficou vencida e a parcela remanescente ainda será submetida a reexame pela Câmara Superior no "CARF". Em junho de 2016, a Ambev recebeu Auto de Infração, relativo à glosa de despesas de amortização de ágio, decorrentes da incorporação da InBev Holding Brasil S.A., nos anos de 2011 a 2013. Em março de 2017, a Ambev foi notificada da decisão parcialmente favorável da primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF").

A Companhia estima que sua exposição em 31 de dezembro de 2017, relacionada a amortização de ágio entre 2005 e 2013, seja de aproximadamente R\$8,3 bilhões (R\$7,8 bilhões em 31 de dezembro de 2016), classificada como perda possível, e, portanto, não foi constituída pela Companhia provisão a esse respeito. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev SA/NV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

*Ágio BAH*

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Beverage Associates Holding Limited ("BAH") na Ambev. Em dezembro de 2014, a Ambev apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de primeira instância administrativa que manteve a autuação. Em março de 2017, a Câmara Baixa do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") concluiu o julgamento determinando o retorno do caso para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento ("DRJ"). Em julho de 2017, a Ambev foi notificada da decisão revista pela "DRJ" e apresentou novo Recurso Voluntário. O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,6 bilhão (R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2016). Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

*Ágio CND HOLDINGS*

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da CND Holdings na Ambev. A Ambev apresentou Impugnação ao Auto de Infração no prazo legal e aguarda julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento ("DRJ"). O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,1 bilhão. Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

*Lucros auferidos no exterior*

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs recurso voluntário para a Câmara Superior do CARF, o qual foi julgado improcedente definitivamente em março de 2017. Em setembro de 2017, a Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria com pedido liminar deferido em favor da Companhia.

Em dezembro de 2013, 2016 e em outubro de 2017, a Companhia recebeu Autos de Infração relacionados ao tema. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. A Ambev estima um valor de aproximadamente R\$6,1 bilhões (R\$4,9 bilhões em 31 de dezembro de 2016) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$44,2 milhões com classificação de perda provável (R\$41,6 milhões em 31 de dezembro de 2016).

*Utilização de prejuízo fiscal em incorporação*

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação. Em fevereiro de 2016, a Ambev foi notificada do encerramento da fase administrativa e, ingressou com ações judiciais para discussão do tema. Em setembro de 2016, a Ambev recebeu a primeira decisão favorável de 1ª instância judicial. Em março de 2017, a Ambev recebeu uma decisão desfavorável em 1ª instância judicial no segundo caso em discussão no judiciário e apresentou Recurso de Apelação.

A Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração.

A Companhia estima que a exposição de perdas possíveis dessas autuações é de aproximadamente R\$549,4 milhões (R\$522,9 milhões em 31 de dezembro de 2016).

*Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos*

No dia 29 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu um Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no montante aproximado de R\$1,3 bilhão. A autuação teve, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa relacionados com as atividades operacionais da Companhia. Em agosto de 2017, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") concluiu o julgamento totalmente favorável à Ambev e, em dezembro de 2017, a Ambev foi notificada da referida decisão, bem como da manifestação da autoridade fazendária informando a não interposição de recurso e encaminhamento do caso ao arquivo, estando o caso encerrado.

Em dezembro de 2015 e 2016, a Companhia recebeu dois novos Autos de Infração da Receita Federal do Brasil que trata do mesmo assunto. A Companhia estima que a exposição de perda possível deste processo é de aproximadamente R\$4,4 bilhões (R\$5,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016).

*Glosa de créditos de impostos pagos no exterior*

Desde 2014, a Companhia vem recebendo autuações para cobrança de IRPJ e CSLL, cujo objeto é a glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior pelas empresas controladas da Companhia.

A Companhia apresentou defesa para todos os casos e aguarda decisão em primeira instância para os casos recebidos em 2015 e 2016 e pelo CARF para os demais.

Em setembro de 2017, a Companhia optou por incluir pequena parte destas autuações no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 ("PERT"). A Ambev estima um valor de aproximadamente R\$7,2 bilhões de reais (R\$2,8 bilhões em 31 de dezembro de 2016) como perda possível.

*Lucro Presumido*

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ao invés do método de Lucro Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em Primeira Instância Administrativa e apresentou Recurso Voluntário. A Arosuco estima que as possíveis perdas relacionadas a esta matéria sejam de aproximadamente R\$616,1 milhões de reais (R\$569,6 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Em dezembro de 2016, a CRBS (subsidiária da Ambev) recebeu uma autuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ao invés do método de Lucro Real. Em julho de 2017, a CRBS foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em setembro de 2017, a Companhia optou por incluir este Auto de Infração no Programa Especial de Regularização Tributária instituído pela Medida Provisória nº 783 ("PERT"). Não há valores de perda relacionados a esta matéria em 31 de dezembro de 2017 (R\$3,6 bilhões em 31 de dezembro de 2016).

**PIS e COFINS**

*PIS/COFINS sobre bonificações*

Desde 2015, a Ambev vem sendo autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. A Companhia apresentou defesa em face dos autos e atualmente aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos seja de aproximadamente R\$3,1 bilhões (R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016** (em milhões de reais)

**ICMS e IPI**

*ICMS Descontos Incondicionais*

A Ambev foi atuada pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança do ICMS supostamente devido sobre descontos incondicionais concedidos pela Companhia de janeiro de 1996 a fevereiro de 1998. Em outubro de 2015 e janeiro de 2016, a Ambev decidiu quitar essas cobranças no âmbito de um programa de pagamento incentivado, no valor total de aproximadamente R\$271 milhões. Em 2013, 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração similares lavrados pelos Estados do Pará e Piauí. A Ambev apresentou defesa contra essas autuações e atualmente aguarda julgamento. Após os pagamentos feitos ao Estado do Rio de Janeiro, a Ambev estima que o valor envolvido nos processos seja de aproximadamente R\$599,7 milhões (R\$559,5 milhões em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.

*ICMS Guerra Fiscal*

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$1,9 bilhão (R\$1,8 bilhão em 31 de dezembro de 2016), classificados como de perda possível.

*ICMS - ST Gatilho*

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve basear-se no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Dentre outros casos, em 2016, a Ambev recebeu três Autos de Infração lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais, no valor histórico de R\$1,4 bilhão. No segundo trimestre de 2017, o Tribunal Administrativo do Estado de Minas Gerais concluiu o julgamento desses três casos, desfavoravelmente à Ambev. A Companhia apresentou defesa contra tais decisões para a Câmara Superior do Tribunal Administrativo de Minas Gerais e atualmente aguarda julgamento.

Em 2017, a Ambev recebeu novas autuações lavradas pelo Estado do Rio de Janeiro envolvendo esse tema, que totalizaram o valor histórico de R\$900 milhões. A Companhia apresentou defesas contra tais autos de infração e agora aguarda decisão pelo Tribunal Administrativo do Rio de Janeiro.

A Ambev estima que o valor total de risco possível envolvido nos processos desta matéria seja de aproximadamente R\$5,8 bilhões (R\$4,5 bilhões em 31 de dezembro de 2016). Foram feitas provisões no valor total de R\$6,7 milhões para casos específicos em que a Ambev estima que as chances de perda são prováveis por questões processuais.

*Zona Franca de Manaus - IPI*

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil são isentos de IPI. Há discussão se a aquisição de tais bens dá direito ao registro de créditos de IPI pelos adquirentes. As unidades da Ambev registraram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus. Desde 2009, a Ambev tem recebido diversos Autos de Infração glosando estes créditos. O tema aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2017, seja de aproximadamente R\$3,2 bilhões (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.

Além disso, a Companhia, ao longo dos anos, recebeu cobranças da Receita Federal do Brasil exigindo tributos federais considerados indevidamente compensados com os créditos de IPI relacionados com os processos acima mencionados. A Companhia apresentou defesa contra tais cobranças e atualmente aguarda julgamento. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos seja de aproximadamente R\$900 milhões (R\$735,5 milhões em 31 de dezembro de 2016), classificados como perda possível.

*IPI Suspensão*

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Ambev estima que o valor envolvido nestes processos, seja de aproximadamente R\$1,5 bilhão (R\$1,5 bilhão em dezembro de 2016), classificados como perda possível.

**Cíveis**

*Bônus de subscrição de ações*

Determinados detentores de bônus de subscrição da Companhia de Bebidas, sucedida pela Ambev, emitidos em 1996 (para exercício em 2003) propuseram ações judiciais para subscrever as ações correspondentes por valor inferior ao que a Companhia entende como sendo o estabelecido no momento da emissão do bônus, e ainda receber os dividendos correspondentes a estas ações desde o exercício de 2003 (valor aproximado atual de R\$846,9 milhões (R\$761,7 milhões em 31 de dezembro de 2016) além de custas e honorários advocatícios a serem determinados). Caso a Companhia venha a perder a totalidade das referidas ações judiciais, seria necessária a emissão de 172.832 mil ações ordinárias, recebendo em contrapartida recursos substancialmente inferiores ao valor de mercado das ações. No último trimestre de 2017 a Companhia reavaliou a probabilidade de perda do processo e a entendeu como remota, não sendo objeto de divulgação a partir das próximas demonstrações contábeis intermediárias.

*Ação coletiva contra Brewers Retail Inc.*

Em 12 de dezembro de 2014, foi proposta uma ação judicial coletiva na Corte de Justiça da Província Ontario, no Canadá, contra a *Liquor Control Board of Ontario* ("LCBO"), *Brewers Retail Inc.* ("The Beer Store") e os acionistas da *The Beer Store (Molson Coors Canada, Sleeman Breweries Ltd. e Labatt Breweries of Canada LP)*. A ação judicial, seguindo o *Ontario Class Proceedings Act*, busca a declaração de que a LCBO e *The Beer Store* teriam firmado acordos para alocação de vendas, território ou mercados para cervejas vendidas em Ontario desde junho de 2000, bem como a declaração de que os acionistas da *The Beer Store* teriam feito acordos para fixação de preço. A ação pretende indenização total de até R\$3,7 bilhões (R\$3,4 bilhões em 31 de dezembro de 2016), de todas as partes mencionadas. Considerando que *The Beer Store* segue as normas estabelecidas pelo Governo de Ontário e que os preços são definidos de forma independente por cada cervejaria, a Companhia entende que há fortes argumentos de defesa e, deste modo, não registrou provisão correspondente.

**Contingências ativas**

De acordo com o IAS 37/CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

A Companhia e suas controladas pleiteiam a restituição das parcelas de PIS e COFINS recolhidas com a inclusão do ICMS nas suas bases de cálculo referente ao período de 1990 em diante. Os valores envolvidos nos pedidos de restituição ainda estão sendo apurados

**31. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA**

A Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa:

	2017	2016
Aquisição de investimento a pagar	-	208,7
Caixa não realizado sobre derivativos	42,3	37,7
PERT 2017	199,7	-
Valor justo de opção concedida	221,8	205,1

**32. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA CONTROLADORA**

As demonstrações contábeis da controladora estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciadora a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade.

**Balancos patrimoniais:**

**Em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(em milhões de reais)

	Nota	Controladora	
		2017	2016
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		2.017,0	1.405,4
Aplicações financeiras	32.1	631,6	648,9
Instrumentos financeiros derivativos		-	197,6
Contas a receber		3.056,0	2.183,5
Estoques		2.107,3	2.160,9
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.407,3	4.424,8
Demais impostos a recuperar		218,7	454,3
Outros ativos		834,6	1.656,1
<b>Ativo circulante</b>		<b>11.272,5</b>	<b>13.131,5</b>
Aplicações financeiras	32.1	102,8	102,4
Contas a receber		41,0	0,4
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.312,7	4,4
Demais impostos a recuperar		171,5	310,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	32.2	470,6	389,3
Outros ativos		1.033,3	1.003,7
Benefícios a funcionários	16	16,6	19,5
Investimentos	32.3	64.593,4	64.358,5
Imobilizado		10.806,1	11.145,0
Intangível		466,4	465,4
Ágio		281,8	281,8
<b>Ativo não circulante</b>		<b>80.296,2</b>	<b>78.081,1</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>91.568,7</b>	<b>91.212,6</b>
		Controladora	
	Nota	2017	2016
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Contas a pagar		8.443,0	10.668,2
Empréstimos e financiamentos		351,1	447,3
Salários e encargos		536,7	262,4
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		1.502,3	1.463,5
Imposto de renda e contribuição social a recolher		370,8	13,8
Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.491,9	2.174,5
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		5.998,0	5.742,5
Provisões	32.4	145,5	145,5
<b>Passivo circulante</b>		<b>19.839,3</b>	<b>20.917,7</b>
Contas a pagar		22.965,7	22.832,7
Empréstimos e financiamentos		732,7	915,6
Imposto de renda e contribuição social a recolher		425,9	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher		766,4	515,9
Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos		109,7	293,3
Provisões	32.4	359,0	606,2
Benefícios a funcionários	16	361,3	306,2
<b>Passivo não circulante</b>		<b>25.720,7</b>	<b>25.469,9</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>45.560,0</b>	<b>46.387,6</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	17		
Capital social		57.614,1	57.614,1
Reservas		63.361,1	64.230,0
Ajuste de avaliação patrimonial		(74.966,5)	(77.019,1)
<b>Patrimônio líquido de controladores</b>		<b>46.008,7</b>	<b>44.825,0</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>91.568,7</b>	<b>91.212,6</b>

**Demonstrações dos resultados:**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(em milhões de reais)

	Nota	Controladora	
		2017	2016
Receita líquida		21.730,4	20.634,2
Custo dos produtos vendidos		(11.483,7)	(11.263,6)
<b>Lucro bruto</b>		<b>10.246,7</b>	<b>9.370,6</b>
Despesas logísticas		(1.779,1)	(1.662,3)
Despesas comerciais		(2.222,4)	(2.337,3)
Despesas administrativas		(1.514,3)	(1.191,0)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		921,6	1.158,9
Itens não recorrentes		(24,7)	1.226,8
<b>Lucro operacional</b>		<b>5.627,8</b>	<b>6.565,7</b>
Despesas financeiras		(6.690,6)	(5.011,6)
Receitas financeiras		1.302,4	2.502,4
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(5.388,2)</b>	<b>(2.509,2)</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas		5.752,9	6.811,6
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>5.992,5</b>	<b>10.868,1</b>
Imposto de renda e contribuição social	32.6	1.339,5	1.678,5
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>7.332,0</b>	<b>12.546,6</b>
Atribuído à:			
Lucro por ação ordinária (básico) - R\$	17	0,47	0,80
Lucro por ação ordinária (diluído) - R\$	17	0,46	0,79

**Demonstrações dos fluxos de caixa:**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(em milhões de reais)

	Nota	Controladora	
		2017	2016
Lucro líquido do exercício		7.332,0	12.546,6
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		2.187,0	2.058,6
Perda por <i>impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber		35,2	89,4
Aumento nas provisões e benefícios a funcionários		127,5	270,0
Resultado financeiro líquido		5.388,2	2.509,3
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis		(18,1)	(18,8)
Perda/(ganho) na venda de operações em associadas		2.115,0	-
Ganho em permuta de participações societárias		-	(1.240,0)
Despesa com pagamentos baseados em ações		156,8	117,0
Imposto de renda e contribuição social	32.6	(1.339,5)	(1.678,5)
Participação nos resultados de controladas e coligadas		(5.752,9)	(6.811,6)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões</b>		<b>10.231,2</b>	<b>7.842,0</b>
(Aumento)/redução no capital e demais contas a receber		(578,8)	1.789,5
(Aumento)/redução nos estoques		56,9	(112,9)
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar		(1.734,7)	(703,8)
<b>Geração de caixa das atividades operacionais</b>		<b>7.974,6</b>	<b>8.814,8</b>
Juros pagos		(2.294,5)	(1.860,4)
Juros recebidos		572,9	460,4
Dividendos recebidos		5.505,2	3.549,4
Imposto de renda e contribuição social pagos		1.106,0	1.085,0
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		<b>12.864,2</b>	<b>12.049,2</b>
Caixa advindo de reestruturação societária		14,7	83,6
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		35,8	68,7
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(1.340,5)	(1.664,3)
Aquisição de outros investimentos		(404,1)	(1.625,5)
(Aplicação financeira) e proventos líquidos de títulos de dívida		(157,6)	(285,5)
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos		13,0	8,6
Provento na venda de participação de investimento para controlada		-	10,9
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(1.838,7)</b>	<b>(3.403,5)</b>
Proventos/(recompra) de ações		(38,6)	0,4
Proventos de empréstimos		4.859,5	5.518,2
Liquidação de empréstimos		(5.777,3)	(3.244,0)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(1.048,3)	(1.064,3)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.409,2)	(10.418,3)
<b>Fluxo de caixa de atividades financeiras</b>		<b>(10.413,9)</b>	<b>(9.208,0)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>611,6</b>	<b>(562,3)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>1.405,4</b>	<b>1.945,0</b>
<b>Efeito de variação cambial</b>		<b>-</b>	<b>22,4</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>2.017,0</b>	<b>1.405,4</b>

**Demonstrações do valor adicionado:**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

(em milhões de reais)

	Nota	Controladora	
		2017	2016
<b>Receitas</b>			
Vendas mercadorias, produtos e serviços		39.451,0	38.950,3
Outras receitas/(despesas) líquidas		39.396,0	37.183,2
Provisão de créditos de liquidação duvidosa		76,0	1.796,0
		(21,0)	(28,9)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(15.859,0)</b>	<b>(15.138,0)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos		(12.634,8)	(12.495,8)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.172,8)	(2.603,3)
Perda de valores ativos		(51,4)	(38,9)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>23.592,0</b>	<b>23.812,3</b>
<b>Retenções</b>		<b>(2.135,6)</b>	<b>(2.019,7)</b>
Depreciação e amortização		(2.135,6)	(2.019,7)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>21.456,4</b>	<b>21.792,6</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>7.104,2</b>	<b>9.354,8</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas		5.752,9	6.811,6
Receitas financeiras		1.302,4	2.502,3
Outros		48,9	40,9
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>28.560,6</b>	<b>31.147,4</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>28.560,6</b>	<b>31.147,4</b>
<b>Pessoal</b>		<b>1.869,3</b>	<b>1.508,7</b>
Remuneração direta		1.541,3	1.185,3
Benefícios		153,3	152,5
Fundo de garantia por tempo de serviço		81,4	82,2
Outros		93,3	88,7
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>12.682,9</b>	<b>12.109,9</b>
Federais		3.189,5	3.189,5
Estaduais		9.468,3	8.904,7
Municipais		17,8	15,7
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>6.676,4</b>	<b>4.982,2</b>
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras		6.613,7	4.916,3
Aluguéis		62,7	65,9
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>7.332,0</b>	<b>12.546,6</b>
Juros sobre o capital próprio		2.277,5	3.454,2
Dividendos		3.612,8	5.651,8
Lucros retidos		1.441,7	3.440,6

**32.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Nota	Controladora	
		2017	2016
Fundos de investimentos exclusivos		631,6	649,0
<b>Ativo circulante</b>		<b>631,6</b>	<b>649,0</b>
Títulos mantidos até o vencimento		102,8	102,4



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

Em 31 de dezembro de 2017, os impostos diferidos ativos e passivos, têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

	2017		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
<b>Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais</b>			
Aplicações financeiras	—	38,2	38,2
Benefícios a empregados	95,3	64,4	159,7
Contas a pagar	1.382,4	(312,5)	1.069,9
Contas a receber	22,0	2,5	24,5
Estoques	0,8	—	0,8
Imobilizado	(58,1)	(715,4)	(773,5)
Investimentos	—	(421,6)	(421,6)
Provisões	49,4	194,0	243,4
Outros itens	—	(177,4)	(177,4)
<b>Total</b>	<b>1.491,8</b>	<b>(1.327,8)</b>	<b>164,0</b>

	Controladora	
	2017	2016
<b>Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais</b>		
2018	111,1	—
2019	32,3	—
2020	10,7	—
2021	10,6	—
A partir de 2022 <sup>(i)</sup>	141,9	—
<b>Total</b>	<b>306,6</b>	<b>—</b>

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora		
	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>389,4</b>	<b>—</b>	<b>389,4</b>
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	12,5	27,7	40,2
Hedge de investimento no exterior	(262,7)	—	(262,7)
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(31,8)	—	(31,8)
Hedge de fluxo de caixa - ganhos/(perdas)	(246,6)	(22,6)	(269,2)
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	39,1	97,0	136,1
<b>Reconhecido no resultado abrangente</b>	<b>(489,5)</b>	<b>102,1</b>	<b>(387,4)</b>
<b>Reconhecido no resultado</b>	<b>375,5</b>	<b>—</b>	<b>375,5</b>
<b>Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial</b>	<b>195,2</b>	<b>(102,1)</b>	<b>93,1</b>
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	195,2	—	195,2
Outros	—	—	—
Reconhecidas no grupo de investimento	—	(102,1)	(102,1)
Equivalência patrimonial	—	(102,1)	(102,1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>470,6</b>	<b>—</b>	<b>470,6</b>

**32.3 INVESTIMENTOS**

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2017	2016
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>64.358,5</b>	<b>66.073,4</b>
Participação nos resultados de controladas e coligadas	5.756,5	6.823,6
Dividendos recebidos e a receber	(4.574,2)	(4.797,1)
Efeito de conversão de investimentos em controladas <sup>(i)</sup>	1.418,6	(5.923,7)
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	13,0	(210,5)
Pagamento baseado em ações em controladas	52,5	43,1
Aporte/(Redução) de capital em controladas	(2.011,4)	721,8
Efeito de reestruturação, incorporação controladas	13,8	(386,3)
Venda de participação em controladas	—	(27,4)
Aquisição de participação em controladas	(286,2)	2.186,4
Outros	(147,7)	(144,8)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>64.593,4</b>	<b>64.358,5</b>

(i) Efeito da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

Informações sobre controladas diretas e controlada em conjunto:

Controlada	2017					
	Participação %	Patrimônio Líquido	Ágio <sup>(i)</sup>	Investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo <sup>(vii)</sup>	100,00%	34.141,6	3.397,3	37.538,3	4.080,9	4.080,9
Arosuco <sup>(vi)</sup>	99,70%	4.046,3	—	3.602,3	261,3	235,4
Aspen <sup>(vii)</sup>	100,00%	0,6	—	0,6	—	—
B.Blend	50,00%	67,3	102,9	136,5	(14,7)	(7,4)
Bebidas Fantásticas <sup>(vi)</sup>	100,00%	(14,4)	—	(14,4)	(25,3)	(25,3)
Brahmaco <sup>(vii)</sup>	100,00%	24,3	—	24,3	0,5	0,5
Cachoeiras de Macacu <sup>(vii)</sup>	—	—	199,6	199,6	(2,8)	(2,8)
Cerveceria Nacional						
S de R.L. <sup>(vii)</sup>	100,00%	1.808,5	—	1.808,5	232,3	232,3
Cervejaria ZX S.A. <sup>(v)</sup>	91,00%	94,8	—	86,2	2,2	1,8
CRBS S.A. <sup>(vi) (ix)</sup>	0,62%	1.168,9	—	7,3	(1.338,5)	(9,9)
Dahlen S.A.	100,00%	311,8	—	311,8	23,7	23,7
Hohneck S.A. <sup>(vii)</sup>	100,00%	1.812,1	—	1.812,1	148,9	148,9
Jalua <sup>(vii)</sup>	100,00%	5.050,4	—	5.050,4	453,4	453,4
Lambic Holding S.A. <sup>(vii)</sup>	100,00%	787,7	—	787,7	70,3	70,3
Lizar	100,00%	10,1	—	10,1	9,3	9,3
Maltaria Pampa S.A. <sup>(vi)</sup>	60,00%	2.722,2	76,8	1.664,5	334,6	191,1
Monthiers	—	—	13,1	13,1	—	—
R P O <sup>(vii)</sup>	100,00%	9,5	—	9,5	(3,8)	(3,8)
Tenedora CND <sup>(ix)</sup>	50,80%	2.736,2	3.189,2	4.578,5	707,2	358,1
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente				6.966,5	—	—
<b>Total</b>				<b>64.593,4</b>		<b>5.756,5</b>

Controlada	2016					
	Participação %	Patrimônio Líquido	Ágio <sup>(i)</sup>	Investimento	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Ambev Luxemburgo <sup>(vii)</sup>	100,00%	34.254,9	2.988,7	37.242,9	4.893,6	4.751,8
Arosuco <sup>(vi)</sup>	99,70%	4.782,1	—	4.360,3	2.131,2	1.978,4
Aspen <sup>(vii)</sup>	100,00%	0,6	—	0,6	(46,3)	(3,5)
B.Blend	50,00%	82,0	102,9	143,8	(27,8)	(13,9)
Bebidas Fantásticas <sup>(vi)</sup>	100,00%	100,9	—	100,9	(10,4)	(10,4)
Brahmaco <sup>(vii)</sup>	100,00%	23,9	—	23,8	(4,8)	(1,4)
Cachoeiras de Macacu <sup>(vii)</sup>	100,00%	(11,0)	485,8	474,8	(3,9)	(3,9)
Cerveceria Nacional						
S de R.L. <sup>(vii)</sup>	100,00%	—	—	1.707,8	—	—
Cervejaria ZX S.A. <sup>(v)</sup>	86,42%	45,6	—	39,4	(13,6)	(12,9)
CRBS S.A. <sup>(vi) (ix)</sup>	0,16%	2.822,0	—	4,5	615,5	185,5
Dahlen S.A.	100,00%	283,1	—	283,1	9,4	9,4
Eagle <sup>(vii) (x)</sup>	—	—	—	—	(497,0)	(497,0)
Hohneck S.A. <sup>(vii)</sup>	100,00%	1.663,2	—	1.663,2	(195,3)	(105,9)
Jalua <sup>(vii)</sup>	100,00%	4.613,6	—	4.613,6	(407,6)	33,7
KGC <sup>(vii)</sup>	—	—	—	—	(53,9)	(27,0)
Lambic Holding S.A. <sup>(vii)</sup>	100,00%	717,4	—	717,4	(101,0)	(88,6)
Lizar	100,00%	24,6	—	24,6	36,1	36,1
Maltaria Pampa S.A. <sup>(vi)</sup>	60,00%	2.481,4	76,8	1.529,7	133,4	108,3
Monthiers	—	—	13,1	13,1	—	—
R P O <sup>(vii)</sup>	100,00%	(0,9)	—	(0,9)	(1,0)	(1,0)
Skol <sup>(ix) (x)</sup>	—	—	—	—	112,8	81,3
Tenedora CND <sup>(ix)</sup>	50,80%	2.343,0	3.259,2	4.449,4	780,6	404,6
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente				6.966,5	—	—
<b>Total</b>				<b>64.358,5</b>		<b>6.823,6</b>

(i) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento.

(ii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.

(iii) Aquisição de participação em controladas.

(iv) Em 12 de janeiro de 2015 ocorreu a venda de participação para Skol.

(v) Em 16 de fevereiro de 2016 houve a alteração da denominação social da Imperial Fábrica de Cerveja Nacional S.A. para Cervejaria ZX S.A.. Houve também alteração no % de participação, devido a incorporação da Wals e aporte da Filial Bohemia.

(vi) Em 1º de julho de 2015 houve a alteração da denominação social da Agrega Inteligência em compras Ltda. para RPO Latam Estratégia em compras Ltda.

(vii) Participação em controladas, em virtude da incorporação da Skol e Eagle realizada em 29 de março de 2016.

(viii) Permuta de participações societárias realizada em 31 de dezembro de 2016.

(ix) Permuta de participações societárias entre Ambev e Arosuco.

(x) Empresa incorporada em 29 de março de 2016.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

b) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Denominação	Tabela de outras participações indiretas - %	
	2017	2016
Linthal S.A.	100%	100%
Labatt Brewing	100%	100%
Monthiers	100%	100%

c) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cerveceria Nacional Dominicana S.A. ("CND"), Cerveceria Boliviana Nacional S.A. e Cerveceria Paraguaya S.A. são as que possuem maior participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade dos valores de não controladores.

**32.4 PROVISÕES**

(a) Movimentação das provisões

Denominação	Controladora			2017	2016
	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas		
<b>Provisão para disputas e litígios</b>					
Impostos sobre vendas	233,8	96,5	(118,9)	211,4	—
Imposto de renda	321,3	137,9	(334,3)	124,9	—
Trabalhistas	109,5	85,4	(116,9)	78,0	—
Cíveis	30,0	38,5	(50,2)	18,3	—
Outros	57,1	39,5	(24,7)	71,9	—
<b>Total de provisão para disputas e litígios</b>	<b>751,7</b>	<b>397,8</b>	<b>(645,0)</b>	<b>504,5</b>	<b>—</b>

(b) Expectativa de desembolso

Provisão para disputas e litígios	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2017	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Impostos sobre vendas	211,4	61,0	116,7	18,8	14,9
Imposto de renda	124,9	36,0	79,0	2,4	7,5
Trabalhistas	78,0	22,5	45,3	10,2	—
Cíveis	18,3	5,3	6,1	4,5	2,4
Outros	71,9	20,7	13,6	37,5	0,1
<b>Total de provisão para disputas e litígios</b>	<b>504,5</b>	<b>145,5</b>	<b>260,7</b>	<b>73,4</b>	<b>24,9</b>

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

**32.5 PASSIVOS CONTINGENTES**

A Controladora tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Os principais processos estão descritos na Nota 30 - *Passivos contingentes*. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os passivos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 32.4 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Controladora tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
PIS e COFINS	2.912,1	1.914,4
ICMS e IPI	17.877,9	14.276,4
IRPJ e CSLL	30.382,7	24.090,4
Trabalhistas	81,2	64,2
Cíveis	262,3	950,5
Outros	647,9	443,3
	<b>52.164,1</b>	<b>41.739,2</b>

**32.6 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora	
	2017	2016
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>964,0</b>	<b>2.157,3</b>
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	701,8	(969,8)
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em período corrente	(326,3)	491,0
<b>Total do imposto de renda diferido</b>	<b>375,5</b>	<b>(478,8)</b>
<b>Resultado de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.339,5</b>	<b>1.678,5</b>

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2017	2016
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>5.992,5</b>	<b>10.868,1</b>

**Ajuste na base tributável**

Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	(0,9)	(0,7)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.576,8)	(1.322,5)
Participação nos resultados de controladas	(5.752,9)	(6.811,6)
Despesas não dedutíveis	14,4	117,4
Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil	516,3	145,3
	<b>(807,4)</b>	<b>2.996,0</b>

Alíquota nominal ponderada agregada	34,0%	34,0%
<b>Impostos a pagar - alíquota nominal</b>	<b>274,5</b>	<b>(1.018,7)</b>

**Ajuste na despesa tributária**

Incentivos regionais de imposto de renda	11,3	—
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.649,0	1.867,8
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	124,6	142,0
Imposto retido na fonte sobre dividendos	(46,1)	—
Reconhecimento/baixa de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(178,9)	—
PERT 2017	(412,1)	397,6
Outros ajustes tributários	(82,8)	289,8
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>1.339,5</b>	<b>1.678,5</b>



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (em milhões de reais)**

**d) Licenciamentos**

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos *Budweiser* no Brasil, no Canadá, e acordos de venda e distribuição de produtos *Budweiser* na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, Nicarágua, Uruguai e no Chile. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos *Stella Artois* sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos *Brahma* nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. Neste contexto, a Companhia registrou R\$1,9 (R\$2,0 em 31 de dezembro de 2016) e R\$314,5 (R\$374,0 em 31 de dezembro de 2016) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da ABI, para importar, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Negra Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

**Transações com partes relacionadas**

	2017				
	Controladora				
<b>Circulante</b>	<b>Contas a receber</b> <sup>(1)</sup>	<b>Contas a pagar</b> <sup>(1)</sup>	<b>Empréstimos/ Mútuo a receber</b>	<b>Dividendos a receber</b>	<b>Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio</b>
AB InBev	16,8	(237,5)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	0,1	-	-	(72,2)	-
Arosuco	49,8	(1.093,6)	-	(949,7)	-
CMQ	55,6	(4,3)	-	(1,2)	-
CND	4,4	-	-	-	51,8
CRBS	1.093,5	(403,9)	-	-	-
Cympay	-	(255,2)	-	-	-
Incrível	4,7	(7,7)	-	-	-
Labatt Breweries	3,2	-	-	(91,2)	-
Malteria Uruguay	-	(17,3)	-	(83,2)	-
Outras	96,2	(77,9)	0,4	(100,2)	0,5
	<b>1.324,3</b>	<b>(2.097,4)</b>	<b>0,4</b>	<b>(1.297,7)</b>	<b>52,3</b>

<sup>(1)</sup> O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	2016				
	Controladora				
<b>Circulante</b>	<b>Contas a receber</b> <sup>(1)</sup>	<b>Contas a pagar</b> <sup>(1)</sup>	<b>Empréstimos/ Mútuo a pagar</b>	<b>Dividendos a receber</b>	<b>Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio</b>
AB InBev	10,3	(222,8)	-	-	-
AB USA	10,0	-	-	-	-
Ambev Luxemburgo	-	-	(21,8)	920,1	-
Ambrew	-	-	-	-	(89,9)
Arosuco	82,3	(1.498,4)	-	-	-
Cervejaria ZX	30,4	(7,3)	-	1,2	-
CMQ	28,8	(2,3)	(56,2)	-	-
CND	29,6	-	-	57,1	-
CRBS	520,8	(129,3)	-	0,3	-
Cympay	-	(843,0)	-	-	-
Dunvegan	-	-	(24,8)	-	-
Fundo Ambev International	-	-	(466,9)	-	-
ITW International	-	-	-	-	(590,9)
Labatt Breweries	-	-	(197,1)	-	-
LASI	-	-	(756,7)	-	-
Malteria Uruguay	-	0,9	(83,2)	-	-
Modelo	0,9	(0,6)	-	-	-
Monthiers	-	(437,2)	(1.101,3)	-	-
Outras	52,3	(21,2)	(47,7)	6,0	-
	<b>765,4</b>	<b>(3.161,2)</b>	<b>(2.755,7)</b>	<b>984,7</b>	<b>(680,8)</b>

<sup>(1)</sup> O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	2017		2016	
	<b>Mútuo a receber</b>	<b>Contas a pagar</b>	<b>Mútuo a receber</b>	<b>Contas a pagar</b>
Ambev Luxemburgo	-	(2.088,9)	-	(1.516,3)
Aspen	-	-	0,4	-
CMQ	-	(209,8)	-	(409,8)
Dunvegan	-	(3.195,5)	-	(3.348,3)
Labatt Breweries	-	(11.209,2)	-	(10.288,6)
LASI	-	(463,1)	-	(3.128,7)
Malteria Uruguay	-	(1.938,6)	-	(1.938,6)
Monthiers	-	(3.415,8)	-	(986,2)
Outras	41,0	(260,0)	-	(975,0)
	<b>41,0</b>	<b>(22.780,9)</b>	<b>0,4</b>	<b>(22.591,5)</b>

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

	2017			
	Controladora			
<b>Empresa</b>	<b>Compras/Prestação de serviços/Aluguéis</b>	<b>Vendas</b>	<b>Rateio despesas com controladas</b>	<b>Royalties/Benefícios</b>
AB Inbev	(22,8)	-	0,2	(0,8)
AB USA	(5,5)	-	-	(4,0)
Ambev Luxemburgo	-	-	-	(186,5)
Arosuco	(2.135,3)	43,6	21,8	(12,4)
CRBS	(217,0)	9.178,1	44,1	1,0
Cympay	(396,2)	-	-	13,8
Labatt Breweries	-	-	-	(483,1)
LASI	-	-	-	(1.097,8)
Malteria Uruguay	(68,2)	-	-	(238,3)
Monthiers	-	-	-	(324,1)
NCAQ	-	-	-	(84,1)
Outras	(408,9)	143,5	5,5	(260,9)
	<b>(3.253,9)</b>	<b>9.365,2</b>	<b>71,6</b>	<b>(4,8)</b>

	2016			
	Controladora			
<b>Empresa</b>	<b>Compras/Prestação de serviços/Aluguéis</b>	<b>Vendas</b>	<b>Rateio despesas com controladas</b>	<b>Royalties/Benefícios</b>
AB Inbev	(37,6)	-	0,1	0,3
AB USA	0,2	-	0,1	0,5
Ambev Luxemburgo	-	-	-	30,3
Arosuco	(1.413,6)	46,2	32,2	2,2
CND	-	2,4	-	13,3
CRBS	(83,6)	8.701,8	141,3	3,5
Cympay	(706,4)	-	-	103,5
Dunvegan	-	-	-	547,5
Fratelli Vita	-	-	-	(5,1)
Labatt Breweries	-	-	-	(491,1)
LASI	-	-	-	(92,4)
Lizar	(27,0)	-	-	-
Malteria Uruguay	(0,4)	-	-	(91,3)
Monthiers	-	-	-	207,6
NCAQ	-	-	-	(37,7)
Outras	(116,2)	85,2	29,7	17,5
	<b>(2.384,6)</b>	<b>8.835,6</b>	<b>203,4</b>	<b>0,3</b>

**33. PARTES RELACIONADAS**

O consolidado apresentou os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2017					
	<b>Contas a receber</b> <sup>(1)</sup>	<b>Outras contas a receber</b> <sup>(1)</sup>	<b>Contas a pagar</b> <sup>(1)</sup>	<b>Outras contas a pagar</b> <sup>(1)</sup>	<b>Mútuo e juros a pagar</b>	<b>Dividendos a pagar</b>
AB InBev	1,2	33,6	(363,0)	(1,7)	-	-
AB Procurement	8,9	0,1	-	-	-	-
AB Services	0,8	29,1	-	(6,1)	-	-
AB USA	14,1	16,3	(375,7)	(8,7)	-	-
Ambrew	-	-	-	-	-	(89,9)
Cerveceria Modelo	91,6	5,8	(589,3)	(59,7)	-	-
Inbev	0,1	23,8	(33,8)	-	-	-
ITW International	-	-	-	(212,5)	(48,3)	(590,9)
Panamá Holding	-	20,3	-	(4,0)	-	-
Outras	13,9	8,6	(73,8)	(3,0)	-	-
	<b>130,6</b>	<b>137,6</b>	<b>(1.435,6)</b>	<b>(295,7)</b>	<b>(48,3)</b>	<b>(680,8)</b>

	2016					
	<b>Contas a receber</b> <sup>(1)</sup>	<b>Outras contas a receber</b> <sup>(1)</sup>	<b>Contas a pagar</b> <sup>(1)</sup>	<b>Outras contas a pagar</b> <sup>(1)</sup>	<b>Mútuo e juros a pagar</b>	<b>Dividendos a pagar</b>
AB InBev	6,3	13,4	(308,9)	(0,7)	-	-
AB Package	-	-	(31,3)	-	-	-
AB Services	0,3	15,2	-	(3,1)	-	-
AB USA	19,7	18,6	(247,4)	(1,7)	-	-
Ambev Peru	7,1	-	(4,7)	-	-	-
Ambrew	-	-	-	-	-	(89,9)
Bogotá Beer	-	211,0	-	(211,0)	-	-
Cerveceria Modelo	1,1	-	(444,1)	-	-	-
Inbev	0,2	17,6	(17,5)	(0,2)	-	-
ITW International	-	-	-	(209,4)	(30,5)	(590,9)
Modelo	-	1,0	(15,7)	(54,5)	-	-
Outras	2,6	7,3	(6,2)	(14,4)	-	-
	<b>37,3</b>	<b>284,1</b>	<b>(1.075,8)</b>	<b>(495,0)</b>	<b>(30,5)</b>	<b>(680,8)</b>

<sup>(1)</sup> O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

	2017			
	<b>Compras/Prestação de serviços/Aluguéis</b>	<b>Vendas</b>	<b>Royalties</b>	<b>Resultado financeiro</b>
AB Procurement	(5,8)	20,8	-	-
AB USA	(258,7)	42,5	(284,5)	-
Ambev Peru	(8,6)	1,5	-	-
Cerveceria Modelo	(749,1)	0,4	(45,8)	-
Inbev	(73,6)	-	-	-
Outras	(91,1)	8,1	(35,9)	(16,8)
	<b>(1.186,9)</b>	<b>73,3</b>	<b>(366,2)</b>	<b>(16,8)</b>

	2016			
	<b>Compras/Prestação de serviços/Aluguéis</b>	<b>Vendas</b>	<b>Royalties</b>	<b>Resultado financeiro</b>
AB Package	(32,8)	-	-	-
AB USA	(206,0)	52,3	(292,8)	-
Cerveceria Modelo	(596,0)	2,0	(46,9)	-
InBev	(77,0)	-	-	-
ITW International	-	-	-	(26,0)
Modelo	(63,0)	-	-	-
SAB Group	(3,5)	23,5	-	-
Outras	(45,6)	0,3	(32,2)	-
	<b>(1.023,9)</b>	<b>78,1</b>	<b>(371,9)</b>	<b>(26,0)</b>

**Denominações utilizadas nos quadros acima e na Nota 32.7:**

- AB InBev Procurement GmbH ("AB Procurement")
- Ambev International Fund, Ltd ("Fundo Ambev International")
- Ambev Luxembourg S.A.R.L. ("Ambev Luxemburgo")
- Ambrew S.A. ("Ambrew")
- Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev")
- Anheuser-Busch Inbev Services LLC ("AB Services")
- Anheuser-Busch Inbev USA LLC ("AB USA")
- Anheuser-Busch Packaging Group Inc. ("AB Package")
- Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ("Arosuco")
- Aspen Equities Corp. ("Aspen")
- Bavaria S.A. ("SAB Group")
- Bogotá Beer Company BBC S.A.S. ("Bogotá Beer")
- Cerveceria Chile ("Cerveceria Chile")
- Cerveceria Modelo de Guadalajara S.A. ("Modelo")
- Cerveceria Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. ("Cerveceria Modelo")
- Cerveceria Nacional Dominicana, S.A. ("CND")
- Cerveceria Nacional - Panamá ("Panamá Holding")
- Cerveceria y Malteria Payssandú S.A. ("Cympay")
- Cerveceria y Malteria Quilmes ("CMQ")
- Cervejaria ZX S.A. ("Cervejaria ZX")
- Compañia Cervecería Ambev Peru S.A.C. ("Ambev Peru")
- CRBS S.A. ("CRBS")
- Dunvegan S.A. ("Dunvegan")
- Fratelli Vita Ltd ("Fratelli Vita")
- Inbev Belgium N.V. ("Inbev")
- Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. ("Incrível")
- Interbrew International B.V. ("ITW International")
- Labatt Breweries of Canada LP ("Labatt Breweries")
- Latin America South Investment S.L. ("LASI")
- Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. ("Lizar")
- Malteria Uruguay S.A. ("Malteria Uruguay")
- Monthiers S.A. ("Monthiers")
- NCAQ Sociedad Colectiva ("NCAQ")

**34. COMPANHIAS DO GRUPO**

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo.

<b>Argentina</b>		
CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G		99,75%
Charcas 5160 - Buenos Aires		
<b>Bolívia</b>		
CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A.		85,67%
Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz		
<b>Brasil</b>		
AMBEV S.A.	Companhia	
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo	Consolidadora	
AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.		100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM		
CRBS S.A.		100,00%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP		
CERVEJARIA Z.X.		86,42%
Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP		
<b>Canadá</b>		
LABATT BREWING COMPANY LIMITED		100,00%
207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto		
<b>Chile</b>		
CERVECERIA CHILE S.A.		100,00%
Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Comuna de Quilicura - Santiago		
<b>Espanha</b>		
JALUA SPAIN, S.L.		100,00%
Juan Vara Terán, 14 - Ilhas Canárias		
<b>Luxemburgo</b>		
AMBEV LUXEMBOURG		100,00%
15 Breedewues - L1259 - Sennngerberg		
<b>Guatemala</b>		
INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA		50,00%
KM 122 Ruta al Atlantico - C.P 01012 Teculután, Zacapa		
<b>Paraguai</b>		
CERVECERIA PARAGUAYA S.A.		87,36%
Ruta Villleta KM 30 - Ypané		
<b>República Dominicana</b>		
CERVECERIA NACIONAL DOMINICANA, S.A.		55,00%
Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional		
<b>Uruguai</b>		
LINTHAL S.A.		100,00%
25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo		
CERVECERIA Y MALTERIA PAYSSANDÚ S.A.		99,93%
Rambla Baltasar Brum, 2.933 - 11800 - Payssandu		
MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA		100,00%
Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo		
<b>Panamá</b>		
Cerveceria Nacional S. de R.L.		100,00%
Planta Pasadena, vía Ricardo J Alfaro y Simón Bolívar, ciudad de Panamá, Rep. De Panamá		

**35. SEGUROS**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

**36. EVENTOS SUBSEQUENTES**

- i) Em janeiro de 2018, a Ambev S.A., por meio de suas subsidiárias Labatt Breweries e Ambev Luxemburgo, adquiriu dois novos empréstimos no valor total de R\$2,0 bilhões, aproximadamente, com vencimento em até um ano.
- ii) Em janeiro de 2018, a Ambev S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em linha com o comunicado ao mercado divulgado em 1 de dezembro de 2017, concluiu a operação com a ELJ, sócia da Tenedora, titular de quase a totalidade da CND. Em decorrência da conclusão da operação, a Companhia, direta ou indiretamente, se tornou titular de 85% da Tenedora, permanecendo a ELJ com os 15% remanescentes, bem como o prazo de compra de participação passou de janeiro de 2019 para janeiro de 2022.



**DIRETORIA**

**Bernardo Pinto Paiva** - Diretor Geral  
**Ricardo Rittes de Oliveira Silva** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores  
**Pedro de Abreu Mariani** - Diretor Jurídico e de Relações Corporativas  
**Ricardo Moraes Pereira de Melo** - Diretor de Vendas  
**Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda** - Diretor de Refrigerantes  
**Maurício Nogueira Soufen** - Diretor Industrial e de Logística

**Daniel Cocenzo** - Diretor de Premium e High End  
**Fabio Vieira Kapitanovas** - Diretor de Gente e Gestão  
**Paula Nogueira Lindenberg** - Diretora de Marketing  
**Marcelo Guimarães Tardin** - Diretor de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados  
**Rodrigo Figueiredo de Souza** - Diretor de Suprimentos

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Victorio Carlos De Marchi**  
Copresidente

**Milton Seligman**  
**Roberto Moses Thompson Motta**  
**José Heitor Attilio Gracioso**

**Luis Felipe Pedreira Dutra Leite**  
**Vicente Falconi Campos**  
**Cecília Sicupira**

**Álvaro Antonio Cardoso de Souza**  
**Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano**  
**Marcos de Barros Lisboa**

**Sílvia Aparecida Vieira Ramos**  
1SP240597/O-0

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor emitido sem ressalvas pela Deloitte Touche Tohmatsu; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e da destinação do lucro líquido do referido exercício e distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

**James Terence Coulter Wright**  
**José Ronaldo Vilela Rezende**

**Emanuel Sotelino Schifferle** (Suplente)  
**Ary Waddington** (Suplente)

**Vinicius Balbino Bouhid** (Suplente)

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Ambev S.A.

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ambev S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

*Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT*

**Por que é um PAA**

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

A Companhia possui processos tributários cuja avaliação da probabilidade de perda é realizada periodicamente e leva em consideração os andamentos processuais nos tribunais, a avaliação de advogados externos e julgamentos exercidos pela Administração da Companhia. Em julho de 2017, a Companhia obteve decisão preliminar desfavorável em determinados processos tributários de imposto de renda, até então com a probabilidade de perda possível. Com a promulgação da Lei 13.496/17, que instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), a Administração avaliou e concluiu pela adesão a esse programa, incluindo certos processos já provisionados, bem como processos com probabilidade de perda possível, mas com decisão preliminar desfavorável à Companhia.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relacionados ao acompanhamento de processos jurídicos; (ii) a utilização de nossos especialistas tributários na avaliação do atendimento à legislação do PERT; (iii) a análise dos fatores e avaliação do julgamento empregado pela Administração para concluir que os processos deveriam ser incluídos no PERT, principalmente os relacionados ao andamento dos processos nos tribunais, as decisões recentes e a avaliação do risco de perda dos advogados internos e externos; e (iv) análise da razoabilidade e integridade do cálculo das deduções sobre os valores totais dos processos incluídos no PERT.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios e as premissas adotados pela Administração para a avaliação dos processos e a adesão ao PERT adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. As divulgações sobre a natureza desses processos e seus efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritos nas notas explicativas nº 1(b), 24 e 30 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) o montante envolvido, no valor aproximado de R\$3,5 bilhões em 31 de dezembro de 2017, é considerado material para a auditoria; (ii) a determinação dos fatores e das premissas relevantes envolveram alto grau de julgamento por parte da Administração, para incluir os processos tributários até então classificados como "perda possível" no PERT; (iii) houve frequente interação com a Administração na avaliação do tema.

*Exercício parcial e prorrogação de opção de venda emitida pela Companhia à E. León Jimenes S.A. ("ELJ")*

**Por que é um PAA**

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Em 2012, a Companhia adquiriu o controle da Cerveceria Nacional Dominicana S.A. ("CND"), concedendo uma opção de venda à ELJ, antigos controladores da CND, a ser exercida total ou parcialmente até 2019. Essa opção de venda foi avaliada à época e, em 31 de dezembro de 2017, está registrado um passivo financeiro de R\$5,5 bilhões, com base em múltiplos de EBITDA (Lucro antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação e amortização) da CND. Em novembro de 2017, a ELJ e a Companhia formalizaram intenção de (i) exercer parcialmente a opção de venda; e, (ii) prorrogar a opção de compra remanescente para 2022; sendo a transação sujeita a condições precedentes contratuais, as quais foram satisfeitas em 18 de janeiro de 2018.

Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos controles internos relacionados a identificação, classificação e avaliação de transações significativas não usuais; (ii) envolvimento do auditor componente da CND para nos auxiliar na avaliação da exatidão do EBITDA da CND utilizado no cálculo do passivo financeiro; (iii) recálculo do passivo financeiro da opção de venda com base nas premissas contratuais e comparação com os cálculos da Administração; e (iv) envolvimento dos nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para análise da avaliação realizada pela Administração quanto à ocorrência ou não de modificação substancial do passivo financeiro.

Com base em nossos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos os critérios para avaliação do passivo financeiro, bem como o tratamento contábil adotado pela Companhia, adequados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

As divulgações sobre essa transação estão descritas nas notas explicativas nº 1(b), 17(d.4) e 36 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Outros assuntos**

*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
**Auditores Independentes**  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
**Eduardo Franco Tenório**  
Contador  
CRC nº 1 SP 216175/O-7